

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	96
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	99
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	100
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	101
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	103
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	97.112
Preferenciais	0
Total	97.112
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	2.748.867	2.894.596	2.337.981
1.01	Ativo Circulante	851.148	1.044.955	873.440
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	49.865	131.528	69.229
1.01.02	Aplicações Financeiras	205.146	99.474	246.670
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	205.146	99.474	246.670
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras no Mercado Aberto e recursos Vinculados	205.146	99.474	246.670
1.01.03	Contas a Receber	303.186	362.153	322.903
1.01.03.01	Clientes	300.837	359.804	320.554
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	300.837	359.804	320.554
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.349	2.349	2.349
1.01.03.02.01	Títulos de créditos a receber	2.349	2.349	2.349
1.01.04	Estoques	7.206	7.402	8.745
1.01.06	Tributos a Recuperar	166.400	123.995	77.365
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	166.400	123.995	77.365
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	119.345	320.403	148.528
1.01.08.03	Outros	119.345	320.403	148.528
1.01.08.03.01	Ativos financeiros setoriais	21.671	127.186	44.227
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	25.517	94.347	42.852
1.01.08.03.04	Outros créditos	72.157	98.870	61.449
1.02	Ativo Não Circulante	1.897.719	1.849.641	1.464.541
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	870.649	942.660	586.950
1.02.01.04	Contas a Receber	63.195	54.517	42.850
1.02.01.04.03	Consumidores e concessionárias	63.195	54.517	42.850
1.02.01.07	Tributos Diferidos	41.339	27.209	64.259
1.02.01.07.01	Créditos tributários	41.339	27.209	64.259
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	766.115	860.934	479.841
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	358.030	413.383	79.519
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos vinculados	92.506	81.572	67.144
1.02.01.10.05	Ativo financeiro indenizável da concessão	165.812	136.028	101.425

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10.06	Ativos financeiros setoriais	80.811	109.062	38.680
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	43.931	97.567	169.756
1.02.01.10.09	Outros créditos	25.025	23.322	23.317
1.02.02	Investimentos	617	492	492
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	617	492	492
1.02.03	Imobilizado	21.323	18.372	15.347
1.02.04	Intangível	1.005.130	888.117	861.752
1.02.04.01	Intangíveis	1.005.130	888.117	861.752
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	72.029	19.512	17.116
1.02.04.01.04	Intangíveis	933.101	868.605	844.636

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	2.748.867	2.894.596	2.337.981
2.01	Passivo Circulante	679.481	969.656	713.724
2.01.02	Fornecedores	237.776	285.007	256.282
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	237.776	285.007	256.282
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	214.053	386.891	217.503
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	171.123	279.764	178.233
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.713	17.530	40.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	149.410	262.234	138.233
2.01.04.02	Debêntures	42.930	107.127	39.270
2.01.05	Outras Obrigações	227.652	297.758	239.939
2.01.05.02	Outros	227.652	297.758	239.939
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	341	262	7.253
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições sociais	47.191	92.856	73.752
2.01.05.02.05	Contribuição de iluminação pública	8.317	8.075	7.257
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	40.790	29.759	23.432
2.01.05.02.08	Benefícios pós emprego	3.893	4.041	5.304
2.01.05.02.09	Obrigações estimadas	8.781	8.019	7.533
2.01.05.02.10	Passivos financeiros setoriais	19.292	40.052	48.787
2.01.05.02.12	Encargos de dívidas	29.741	4.029	1.285
2.01.05.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	34.529	33.097	4.874
2.01.05.02.15	Encargos do consumidor a recolher	13.227	13.227	13.227
2.01.05.02.16	Arrendamentos operacionais	307	843	1.229
2.01.05.02.17	Outros passivos	21.243	63.498	46.006
2.02	Passivo Não Circulante	1.528.170	1.375.488	1.044.349
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.009.521	806.963	788.528
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	566.493	543.321	429.189
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	381.490	237.981	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	185.003	305.340	429.189
2.02.01.02	Debêntures	443.028	263.642	359.339

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02	Outras Obrigações	503.582	545.406	230.434
2.02.02.02	Outros	503.582	545.406	230.434
2.02.02.02.03	Fornecedores	7.307	6.671	5.973
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições sociais	91.368	82.573	83.613
2.02.02.02.06	Benefícios pós emprego	24.655	34.946	64.986
2.02.02.02.09	Encargos setoriais	5.394	13.853	33.032
2.02.02.02.10	Passivos financeiros setoriais	4.236	12.400	8.251
2.02.02.02.12	Instrumentos financeiros derivativos	4.781	0	0
2.02.02.02.13	Arrendamentos operacionais	639	873	2.002
2.02.02.02.14	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	364.592	388.471	29.265
2.02.02.02.15	Outros passivos	610	5.619	3.312
2.02.04	Provisões	15.067	23.119	25.387
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.067	23.119	25.387
2.03	Patrimônio Líquido	541.216	549.452	579.908
2.03.01	Capital Social Realizado	534.717	534.717	534.717
2.03.02	Reservas de Capital	1.362	1.020	662
2.03.02.07	Reserva de capital	1.362	1.020	662
2.03.04	Reservas de Lucros	18.823	76.802	109.334
2.03.04.01	Reserva Legal	5.732	29.029	20.748
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	13.091	47.773	88.586
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-44.917	-21.755
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-13.686	-18.170	-43.050

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.031.157	2.201.743	1.824.737
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.658.764	-1.847.237	-1.529.889
3.03	Resultado Bruto	372.393	354.506	294.848
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-119.911	-105.726	-83.677
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-116.465	-107.571	-81.691
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.709	8.731	4.769
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.155	-6.886	-6.755
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	252.482	248.780	211.171
3.06	Resultado Financeiro	-64.850	-37.883	-23.783
3.06.01	Receitas Financeiras	123.071	139.599	55.742
3.06.02	Despesas Financeiras	-187.921	-177.482	-79.525
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	187.632	210.897	187.388
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-57.089	-68.436	-63.080
3.08.01	Corrente	-73.667	-9.825	-8.007
3.08.02	Diferido	16.578	-58.611	-55.073
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	130.543	142.461	124.308
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	130.543	142.461	124.308
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1.345,8	1.468,67	1.281,53
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1.345,8	1.468,67	1.281,53

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	130.543	142.461	124.308
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.484	24.880	1.170
4.03	Resultado Abrangente do Período	135.027	167.341	125.478

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	341.754	96.974	363.477
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	344.511	319.972	280.698
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	130.543	142.461	124.308
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	57.089	68.436	63.080
6.01.01.04	(Receitas) Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	-19.015	67.143	187.124
6.01.01.05	Amortização e depreciação	70.323	65.236	58.527
6.01.01.07	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	5.544	-284	7.813
6.01.01.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	3.795	1.484	8.571
6.01.01.10	Marcação a mercado de derivativos	13.371	31.505	-1.952
6.01.01.11	Ativo financeiro indenizável da concessão	-8.178	-12.512	-2.807
6.01.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	106.310	-14.459	-168.962
6.01.01.13	(Ganho) Perda na alienação de bens do intangível	-2.142	-3.058	2.616
6.01.01.14	Marcação a mercado de dívidas	-13.599	-26.478	1.938
6.01.01.15	Programa de remuneração variável (ILP)	470	498	442
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.757	-222.998	82.779
6.01.02.01	Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias	44.623	-52.974	-73.111
6.01.02.02	(Aumento) de títulos de créditos a receber	0	-384	682
6.01.02.03	Diminuição de estoques	196	1.343	-1.189
6.01.02.04	Diminuição (aumento) de tributos a recuperar	7.992	-422	40.544
6.01.02.05	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-6.215	-9.779	-11.732
6.01.02.06	Diminuição (aumento) de ativos financeiros setoriais	168.261	-168.026	-14.445
6.01.02.07	Recursos da conta de comercialização de Itaipu	29.082	12.421	0
6.01.02.08	Recebimentos Despacho - CONTA COVID	0	0	97.396
6.01.02.09	Valor justo dos títulos créditos ao FDIC	0	3.535	0
6.01.02.10	Diminuição de outros créditos a receber	22.730	3.155	-2.877
6.01.02.11	(Diminuição) aumento de fornecedores	-52.260	34.382	47.446
6.01.02.12	Aumento de impostos e contribuições sociais	49.863	46.319	23.206
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-86.356	-39.244	-9.240
6.01.02.14	Aumento de obrigações estimadas	762	486	426

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.15	(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	-127.861	-27.955	-39.593
6.01.02.16	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-9.599	-5.749	-6.075
6.01.02.17	(Diminuição) de outras contas a pagar	-43.975	-20.106	31.341
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-286.272	29.143	-297.806
6.02.01	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-78.580	154.623	-113.991
6.02.02	Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção	-209.550	-128.337	-185.360
6.02.03	Alienação de bens do imobilizado e intangível	1.858	2.857	1.545
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-137.145	-63.818	-38.231
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos	437.467	378.653	280.836
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-368.411	-212.981	-235.398
6.03.03	Pagamentos de empréstimos - juros	-42.879	-30.576	-27.006
6.03.05	Pagamentos de parcelamento de impostos	-19.391	-18.455	-13.239
6.03.06	Recebimento liquidação de instrumentos financeiros derivativos	892	25.717	27.678
6.03.09	Pagamento de dividendos	-143.526	-205.146	-69.855
6.03.10	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-1.297	-1.030	-1.247
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-81.663	62.299	27.440
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	131.528	69.229	41.789
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	49.865	131.528	69.229

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	534.717	1.020	76.802	-44.917	-18.170	549.452
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	1.020	76.802	-44.917	-18.170	549.452
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	342	-47.773	-95.832	0	-143.263
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-95.832	0	-95.832
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	342	0	0	0	342
5.04.09	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	-47.773	0	0	-47.773
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	130.543	4.484	135.027
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	130.543	0	130.543
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.484	4.484
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	7.194	7.194
5.05.02.07	Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	-2.710	-2.710
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-10.206	10.206	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-29.030	29.030	0	0
5.06.04	Dividendos adicionais propostos	0	0	13.091	-13.091	0	0
5.06.05	Reserva legal	0	0	5.733	-5.733	0	0
5.07	Saldos Finais	534.717	1.362	18.823	0	-13.686	541.216

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	534.717	662	109.334	0	-43.050	601.663
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-21.755	0	-21.755
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	662	109.334	-21.755	-43.050	579.908
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	358	-88.586	-109.569	0	-197.797
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-109.569	0	-109.569
5.04.08	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	-88.586	0	0	-88.586
5.04.09	Programa de remuneração variável (ILP)	0	358	0	0	0	358
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	142.461	24.880	167.341
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	142.461	0	142.461
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	24.880	24.880
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	37.697	37.697
5.05.02.07	Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	-12.817	-12.817
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	56.054	-56.054	0	0
5.06.04	Recversa Legal	0	0	8.281	-8.281	0	0
5.06.05	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	47.773	-47.773	0	0
5.07	Saldos Finais	534.717	1.020	76.802	-44.917	-18.170	549.452

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	534.717	220	61.998	0	-44.220	552.715
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	220	61.998	0	-44.220	552.715
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	442	-47.465	21	0	-47.002
5.04.10	Programa de remuneração variável (ILP)	0	442	0	0	0	442
5.04.11	Dividendos prescritos	0	0	0	21	0	21
5.04.12	Pagamento de Dividendos	0	0	-47.465	0	0	-47.465
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	124.308	1.170	125.478
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	124.308	0	124.308
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.170	1.170
5.05.02.06	Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	0	0	0	0	-604	-604
5.05.02.07	Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	0	0	0	0	1.774	1.774
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	94.801	-124.329	0	-29.528
5.06.04	Reserva Legal	0	0	6.215	-6.215	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	88.586	-88.586	0	0
5.06.07	Dividendos	0	0	0	-29.528	0	-29.528
5.07	Saldos Finais	534.717	662	109.334	0	-43.050	601.663

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	3.158.868	3.309.542	2.786.740
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.966.416	3.187.584	2.611.252
7.01.02	Outras Receitas	2.709	8.731	4.769
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	195.287	112.943	178.532
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.544	284	-7.813
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.724.656	-1.936.807	-1.585.972
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.396.275	-1.700.837	-1.286.408
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-118.499	-114.986	-106.186
7.02.04	Outros	-209.882	-120.984	-193.378
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.434.212	1.372.735	1.200.768
7.04	Retenções	-70.323	-65.236	-58.527
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-70.323	-65.236	-58.527
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.363.889	1.307.499	1.142.241
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	129.073	146.407	58.460
7.06.02	Receitas Financeiras	129.073	146.407	58.460
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.492.962	1.453.906	1.200.701
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.492.962	1.453.906	1.200.701
7.08.01	Pessoal	83.890	94.562	67.126
7.08.01.01	Remuneração Direta	53.747	67.538	41.135
7.08.01.02	Benefícios	24.811	22.028	21.588
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.332	4.996	4.403
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.086.822	1.037.968	928.974
7.08.02.01	Federais	590.347	473.562	446.525
7.08.02.02	Estaduais	496.160	564.114	482.199
7.08.02.03	Municipais	315	292	250
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	191.707	178.915	80.293
7.08.03.01	Juros	190.780	178.301	80.118
7.08.03.02	Aluguéis	927	614	175
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	108.922	157.342	118.093

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04.02	Dividendos	108.922	157.342	118.093
7.08.05	Outros	21.621	-14.881	6.215
7.08.05.01	Reserva legal	5.733	8.281	6.215
7.08.05.02	Realização de Reservas	15.888	0	0
7.08.05.05	Lucros acumulados	0	-23.162	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A | Resultados 2022

Presidente Prudente, 16 de março de 2023 - A Administração da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sul-Sudeste”, “ESS” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T22) e do exercício de 2022. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

➤ A Administração da Companhia revisou a metodologia de cálculo na apuração do fornecimento não faturado de energia elétrica, que resultou na reapresentação das demonstrações financeiras de 2021, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa 3.3.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



856 mil

clientes cativos



341

clientes livres



1,8 milhão de
habitantes



32.405

Km²



1.334

colaboradores (*)
1.033 próprios e
301 terceirizados



82

municípios

(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2022	2021	Acréscimo
Subestações - nº	99,0	98,0	1,0
Capacidade instalada nas subestações - MVA	2.655,0	2.634,0	21,0
Linhas de transmissão - km	570,8	545,0	25,8
Redes de distribuição - km	33.675,5	33.540,0	135,5
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	50.815,0	50.298,0	517,0
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.914,4	1.884,8	29,6

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Desempenho econômico-financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
Receita operacional bruta	801,8	903,9	- 11,3	3.158,8	3.288,6	- 3,9
Receita operacional bruta, sem receita de construção ⁽¹⁾	750,5	871,4	- 13,9	2.966,4	3.176,5	- 6,6
Receita operacional líquida	541,7	609,6	- 11,1	2.031,2	2.201,7	- 7,7
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	490,4	577,0	- 15,0	1.838,7	2.089,6	- 12,0
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	63,5	55,1	+ 15,3	252,5	248,8	+ 1,5
EBITDA	81,2	71,5	+ 13,6	322,8	314,0	+ 2,8
EBITDA ajustado recorrente ⁽²⁾	92,6	94,8	- 2,4	314,6	298,0	+ 5,6
Resultado financeiro	(23,2)	(14,1)	+ 65,2	(64,8)	(37,9)	+ 71,2
Lucro líquido	29,7	27,1	+ 9,4	130,5	142,5	- 8,4
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽³⁾	37,3	42,7	- 12,8	125,1	131,9	- 5,1
Indicadores operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	855,9	838,9	+ 2,0	855,9	838,9	+ 2,0
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁴⁾	787,5	839,7	- 6,2	3.151,8	3.289,1	- 4,2
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁴⁾	1.129,3	1.168,0	- 3,3	4.482,2	4.519,3	- 0,8
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
	2022	2021 (reapresentado)	Var. %			
Ativo total	2.748,9	2.894,6	- 5,0			
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	255,0	231,0	+ 10,4			
Patrimônio líquido	541,2	549,5	- 1,5			
Endividamento líquido	910,8	631,6	+ 44,2			

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. | (2) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando os efeitos não recorrentes e não caixa. | (3) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando dos efeitos não recorrentes e não caixa. | (4) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Receita operacional

No 4T22, a Companhia apresentou receita operacional bruta, excluindo a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 750,5 milhões, ante R\$ 871,4 milhões registrados no 4T21, redução de R\$ 120,8 milhões. A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou redução de 15,0% (R\$ 86,6 milhões) no trimestre, para R\$ 490,4 milhões.

A receita operacional líquida do período está influenciada pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 2,4 milhões. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 4T22, foi de R\$ 488,0 milhões, 14,9% (R\$ 85,3 milhões) menor do que o mesmo período de 2021. No acumulado do ano, o total foi de R\$ 1.830,6 milhões, redução de 11,9% (R\$ 246,6 milhões) em relação a 2021.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	557,8	715,5	- 22,0	2.364,5	2.410,6	- 1,9
✓ Residencial	278,0	359,5	- 22,7	1.184,4	1.218,0	- 2,8
✓ Industrial	43,1	55,1	- 21,8	187,0	200,6	- 6,7
✓ Comercial	123,4	157,4	- 21,6	519,3	513,2	+ 1,2
✓ Rural	46,8	60,8	- 23,0	196,3	206,3	- 4,8
✓ Outras classes	66,6	82,7	- 19,5	277,4	272,7	+ 1,7
(+) Suprimento de energia elétrica	13,4	9,8	+ 36,7	55,5	57,9	- 4,2
(+) Fornecimento não faturado líquido	(8,5)	(21,7)	- 61,1	(11,6)	17,3	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	90,6	81,1	+ 11,8	339,2	314,6	+ 7,8
(+) Receita de construção de infraestrutura	51,3	32,6	+ 57,6	192,4	112,1	+ 71,6
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	47,8	38,4	+ 24,5	31,8	196,0	- 83,8
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	29,7	31,4	- 5,2	118,5	122,4	- 3,2
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	2,4	3,7	- 35,6	8,2	12,5	- 34,6
(+) Outras receitas	17,2	13,4	+ 28,9	60,4	45,2	+ 33,7
(=) Receita operacional bruta	801,8	903,9	- 11,3	3.158,8	3.288,6	- 3,9
(-) Impostos sobre vendas	158,4	228,0	- 30,5	718,1	821,4	- 12,6
(-) Deduções bandeiras tarifárias	-	(3,1)	-	-	(11,1)	-
(-) Encargos setoriais	101,7	69,5	+ 46,4	409,6	276,6	+ 48,1
(=) Receita operacional líquida	541,7	609,6	- 11,1	2.031,2	2.201,7	- 7,7
(-) Receita de construção de infraestrutura	51,3	32,6	+ 57,6	192,4	112,1	+ 71,6
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	490,4	577,0	- 15,0	1.838,7	2.089,6	- 12,0

No comparativo entre os trimestres, a redução da receita líquida é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Na rubrica Receita de energia, além da redução de mercado no comparativo entre os trimestres, a tarifa praticada no 4T21 estava com adicional da bandeira tarifária de escassez hídrica, enquanto em 2022 não havia adicional de bandeira;
- (ii) A conta de Fornecimento não faturado líquido está impactada, por efeitos não recorrentes líquidos, de R\$ 13,7 milhões no 4T22 e R\$ 27,0 milhões no 4T21. Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de representação do exercício de 2021 foi de R\$ 34,8 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.1. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.129,3 GWh, redução de 3,3% em relação ao ano anterior.

Em 2022, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (4.482,2 GWh) da Companhia apresentou queda de -0,8%, em relação ao ano anterior. O mercado da distribuidora recuou na maioria dos meses do ano (7 dos 12) impactado pelas classes rural e residencial, que direcionou 80% da queda e do desvio devido a combinação de maior utilização de geração distribuída e clima mais ameno, na classe rural pesou ainda efeito da Resolução 901. Por outro lado, a classe industrial registrou incremento de 3,3%, avançando acima da média pelo segundo ano seguido, puxada pelos setores alimentícios, papel e produção de peças de veículos. O Poder Público (+15,9%) se destacou em meio retomada de atividades, em especial instituições de ensino. Na mesma linha, a classe Comercial cresceu 1,2%, com destaque para a distribuição de alimentos, serviços de logística, shoppings e grandes varejistas.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Residencial	385,7	400,6	- 3,7	1.523,3	1.566,0	- 2,7
Industrial	344,9	343,6	+ 0,4	1.370,5	1.327,3	+ 3,3
✓ Cativo Industrial	55,9	63,2	- 11,6	238,0	263,7	- 9,7
✓ Livre Industrial	289,0	280,4	+ 3,1	1.132,5	1.063,6	+ 6,5
Comercial	202,8	215,1	- 5,7	802,8	793,2	+ 1,2
✓ Cativo Comercial	157,7	173,2	- 8,9	633,6	650,3	- 2,6
✓ Livre Comercial	45,1	41,9	+ 7,7	169,2	142,8	+ 18,5
Rural	76,9	87,9	- 12,5	315,0	359,4	- 12,4
Outros	118,8	120,7	- 1,6	470,5	473,4	- 0,6
1 Vendas de energia no mercado cativo	787,5	839,7	- 6,2	3.151,8	3.289,1	- 4,2
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	341,8	328,3	+ 4,1	1.330,4	1.230,2	+ 8,1
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.129,3	1.168,0	- 3,3	4.482,2	4.519,3	- 0,8
4 Fornecimento não faturado	6,5	7,5	- 13,1	- 6,0	- 11,8	- 49,3
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	1.135,8	1.175,5	- 3,4	4.476,2	4.507,5	- 0,7

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o ano com 855.855 unidades consumidoras cativas, número 2,0% superior ao registrado no fim do 4T21 e com 341 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado [-clique no link](#)

3.2. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia encerrou o trimestre com indicador de perdas totais apresentando uma redução de 0,41 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. A Companhia segue abaixo do referencial regulatório.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	
5,97	5,66	5,61	0,07	-0,29	0,03	6,05	5,37	5,64	6,82 

Perdas Técnicas (GWh)			Perdas Não-Técnicas (GWh)			Perdas Totais (GWh)			Var. (%)
dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	
300,2	286,8	284,0	3,7	-14,9	1,7	303,8	271,9	285,5	+ 5,0

(1) Variação dez/22 vs set/22. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.3. Gestão da inadimplência

3.3.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez/22	dez/21	Variação em p.p.
ESS	0,21	(0,01)	-

3.3.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/22	dez/21	Variação em p. p.
ESS	99,08	98,86	+ 0,22

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A Companhia obteve incremento de 0,61 horas no DEC e de 0,16 vezes no FEC, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Distribuidoras	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	dez/22	dez/21	Var.(%)	dez/22	dez/21	Var.(%)		
ESS	5,66	5,05	+ 12,1	3,41	3,25	+ 4,9	7,17 ●	6,52 ●

3.5. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
ESS	29,7	31,4	- 5,2	118,5	122,4	- 3,2

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 426,9 milhões no 4T22, redução de 18,2% (R\$ 95,0 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2021.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	340,6	428,1	- 20,4	1.272,2	1.546,7	- 17,8
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	248,5	358,4	- 30,7	946,8	1.249,4	- 24,2
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	92,1	69,8	+ 32,0	325,3	297,3	+ 9,4
2 Custos e despesas controláveis	68,2	76,4	- 10,7	240,3	230,7	+ 4,2
2.1 PMSO	69,2	80,6	- 14,1	228,3	235,3	- 3,0
2.1.1 Pessoal e administradores	33,9	33,9	- 0,1	96,5	97,1	- 0,6
2.1.2 Benefício pós-emprego	1,1	9,6	- 88,7	3,5	12,4	- 71,4
2.1.3 Material	4,9	5,4	- 9,6	19,8	16,9	+ 17,1
2.1.4 Serviços de terceiros	25,2	28,5	- 11,6	96,1	96,6	- 0,6
2.1.5 Outras	4,2	3,2	+ 32,5	12,3	12,2	+ 1,2
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,0	0,1	- 32,8	0,3	0,5	- 33,3
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	-	0,7	-	-	3,9	-
✓ Outros	4,1	2,4	+ 75,3	12,0	7,8	+ 54,0
2.2 Provisões/Reversões	(1,0)	(4,2)	- 76,0	12,1	(4,5)	-
2.2.1 Contingências	0,7	(1,8)	-	6,5	(4,3)	-
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	(1,7)	(2,4)	- 27,7	5,5	(0,3)	-
3 Demais receitas/despesas	18,0	17,3	+ 4,1	73,8	63,4	+ 16,4
3.1 Amortização e depreciação	17,6	16,3	+ 8,1	70,3	65,2	+ 7,8
3.2 Outras receitas/despesas	0,4	1,0	- 60,6	3,4	(1,8)	-
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, s/ custo de construção de infraestrutura)	426,9	521,9	- 18,2	1.586,2	1.840,8	- 13,8
Custo de construção de infraestrutura (*)	51,3	32,6	+ 57,6	192,4	112,1	+ 71,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	478,2	554,5	- 13,8	1.778,7	1.953,0	- 8,9

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

✓ Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 35,0 milhões, queda de 19,7% (R\$ 8,6 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado em função, principalmente, da redução de R\$ 8,5 milhões em função do registro do cálculo atuarial dos planos de previdência com base no CPC 33.

Em 2022, as despesas totalizaram R\$ 100,1 milhões, redução de 8,6% (R\$ 9,4 milhão).

✓ Despesas com materiais e serviços de terceiros

Para atendimento ao Manual Contábil do Setor Elétrico (MCSE), a partir do mês de julho/22, as rubricas de Publicações e Registros Legais, Veiculação de Informação ao Consumidor, Reprografia, e Telecom foram realocadas da natureza Serviços para a natureza Outros.

No trimestre, as despesas com materiais e serviços de terceiros atingiram R\$ 30,1 milhões, decréscimo de 11,3% (R\$ 3,8 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) Decréscimo de R\$ 0,5 milhão em materiais de segurança e escritório;
- (ii) Redução de R\$ 0,9 milhões da rubrica de serviços em virtude de realocação para a natureza Outros;
- (iii) Redução de R\$ 0,9 milhão na rubrica de honorário advocatícios;
- (iv) Redução de R\$ 0,8 milhão na rubrica de consultoria;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2022, as despesas com materiais e serviços totalizaram R\$ 115,9 milhões, acréscimo de 2,0% (R\$ 2,3 milhões).

✓ Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 4,2 milhões, acréscimo de 32,5% (R\$ 1,0 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado, explicado em grande parte pelos seguintes fatores:

- (i) Reclassificação de R\$ 1,5 milhões de despesas com TI/Telecom e publicações advindas da natureza de Serviços;
- (ii) Redução de R\$ 0,7 milhão de indenizações cíveis e fiscais em função da reclassificação para contingências;

Em 2022, as despesas totalizaram R\$ 12,3 milhões, aumento de 1,2% (R\$ 0,1 milhão).

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

Incremento de R\$ 0,7 milhão no trimestre, proveniente principalmente maior registro de incobráveis e menor provisão da conta covid no 4T22, quando comparado com o 4T21.

5. Lucro Líquido e EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 29,7 milhões, aumento de 9,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$	2022	2021 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	29,7	27,1	+ 9,4	2,5	130,5	142,5	- 8,4	(11,9)
(-) VNR	1,6	2,4	- 35,6	(0,9)	5,4	8,3	- 34,6	(2,9)
(=) Lucro líquido ajustado	28,1	24,7	+ 13,8	3,4	125,1	134,2	- 6,7	(9,1)
Efeitos não recorrentes	9,2	18,0	- 49,2	(8,9)	-	2,3	-	(2,3)
(+) Receita não-faturada ⁽¹⁾	9,2	18,0	- 49,2	(8,9)	-	-	-	-
(-) FIDC	-	-	-	-	-	2,3	-	(2,3)
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	37,3	42,7	- 12,8	(5,4)	125,1	131,9	- 5,1	(6,8)

(1) Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R\$ 23,1 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa detalhados na tabela acima, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 37,3 milhões, R\$ 5,4 milhões abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2022, o lucro líquido ajustado recorrente seria de R\$ 125,1 milhões, 5,1% menor em relação ao mesmo período do ano anterior.

O EBITDA totalizou R\$ 81,2 milhões no trimestre, aumento de 13,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Em 2022, o crescimento foi de 2,8% em relação a 2021, totalizando R\$ 322,8 milhões.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$	2022	2021 (reapresentado)	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	81,2	71,5	+ 13,6	9,7	322,8	314,0	+ 2,8	8,8
(-) VNR	2,4	3,7	- 35,6	(1,3)	8,2	12,5	- 34,6	(4,3)
(=) EBITDA ajustado	78,8	67,8	+ 16,3	11,0	314,6	301,5	+ 4,4	13,1
Efeitos não recorrentes	13,7	27,0	- 49,2	(13,3)	-	3,5	-	(3,5)
(+) Receita não-faturada ⁽¹⁾	13,7	27,0	- 49,2	(13,3)	-	-	-	-
(-) FIDC	-	-	-	-	-	3,5	-	(3,5)
(=) EBITDA ajustado recorrente	92,6	94,8	- 2,4	(2,3)	314,6	298,0	+ 5,6	16,6

(1) Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R\$ 34,8 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa detalhados na tabela acima, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 92,6 milhões, R\$ 2,3 milhões menor que o mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2022, o EBITDA ajustado recorrente seria de R\$ 314,6 milhões, 5,2% maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

6. Estrutura de capital

6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais em 2022, totalizou R\$ 345,6 milhões em dezembro, frente aos R\$ 404,8 milhões registrados em setembro. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram juntos saldos positivos de R\$ 90,6 milhões em dezembro, contra R\$ 69,1 milhões em setembro de 2022.

Em 2022, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 910,8 milhões em dezembro, contra R\$ 885,5 milhões em setembro.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

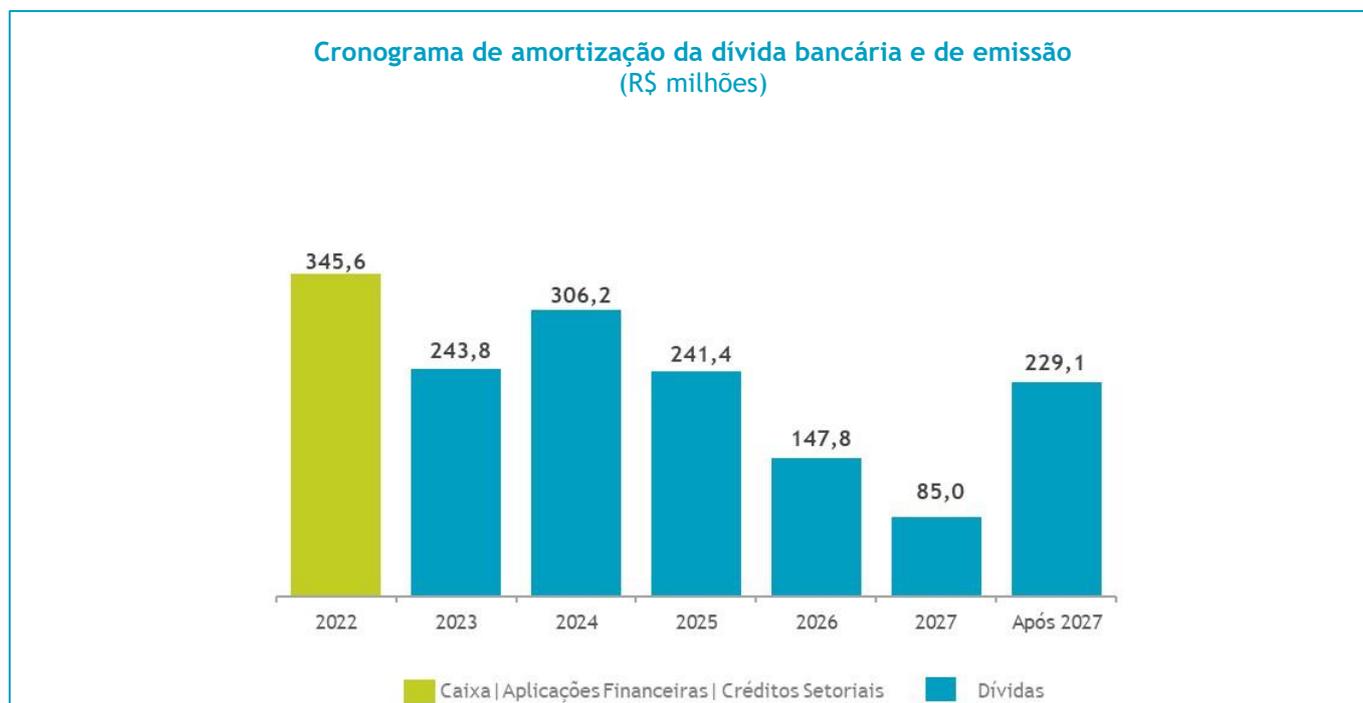
Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2022	30/06/2022
Circulante	261,3	343,5	330,4
Empréstimos e financiamentos	171,1	226,7	248,7
Debêntures	42,9	84,8	55,0
Encargos de dívidas	29,7	20,5	10,9
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	8,5	13,1	18,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	9,0	(1,6)	(2,4)
Não Circulante	995,0	946,8	704,8
Empréstimos e financiamentos	566,5	503,1	365,6
Debêntures	443,0	440,6	352,7
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	24,7	33,6	31,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(39,2)	(30,5)	(45,2)
Total das dívidas	1.256,4	1.290,3	1.035,2
(-) Disponibilidades financeiras	255,0	335,7	63,6
✓ Caixa e equivalentes de caixa	49,9	17,4	61,7
✓ Aplicações financeiras (Circulante)	205,1	318,4	1,9
Total das dívidas líquidas	1.001,3	954,5	971,6
(-) Créditos CDE	11,6	13,1	12,4
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	79,0	56,0	112,9
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	910,8	885,5	846,3

⁽¹⁾ Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7. Investimentos

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Ativo Elétrico	40,2	37,7	+ 6,6	202,1	118,9	+ 69,9
Obrigações Especiais ^(*)	7,0	3,4	+ 105,1	29,2	22,1	+ 32,0
Ativo não Elétrico	5,2	(1,5)	-	15,9	5,3	+ 203,7
Total dos Investimentos	52,4	39,6	+ 32,4	247,3	146,3	+ 69,0

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais com base no balanço de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$13.091.201,87. Os dividendos serão pagos a partir de 29 de março de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9. Gestão de pessoas

A Energisa Sul Sudeste contabilizava um total de 1.334 colaboradores, sendo 1.033 empregados diretos e 301 parceiros contratados de terceiros. A empresa busca a evolução constante do ambiente de trabalho oferecido a seus colaboradores que são foco constante de ações para capacitação, análise de desempenho e valorização. Em 2022, o processo de avaliação de desempenho passou a se chamar Ciclo de Carreira e Desenvolvimento, com um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador.

A empresa investe no desenvolvimento profissional das equipes de campo a futuros líderes e liderança. Em 2022, foram promovidas a média de 49 horas de treinamento por empregado de cargos operacionais, 15 horas em áreas administrativas e 27 horas em cargos gerenciais. Estes líderes participaram de um processo de formação e aprimoramento com foco nos comportamentos alinhados aos valores Energisa.

Através da ferramenta Pulses, desde 2021 são realizados levantamentos quinzenais que orientam o desenvolvimento das ações de atração e retenção, como políticas de remuneração, planejamento de carreira e benefícios. Buscando assim a garantia de um ambiente de trabalho saudável para toda a empresa, que garantiu a 5ª colocação como melhor empresa para trabalhar em São Paulo/Interior, de acordo com o ranking GPTW (Great Place to Work).

10. Saúde e segurança

E, diante do Valor VIDA, a Energisa Sul-Sudeste reafirma o seu compromisso com a prevenção e promoção à saúde integral dos seus colaboradores e dependentes, através de adoção de melhores práticas e ações diversas.

Entre os destaques, está o Programa Viva Energia, que conta com o modelo de três pilares de atuação: Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. E, por meio deles, o cronograma de ações é realizado seguinte o plano da Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo principal é diagnosticar e tratar rapidamente as questões que afetam a saúde dos seus colaboradores. Os programas que fazem parte do guarda-chuva do Viva Energia são: programas de gestantes, para pacientes com doenças crônicas, para transtornos emocionais, campanha de vacinação de gripe, entre outros.

A Energisa conta, também, com uma Política de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) que abrange todos os níveis do Grupo e é a principal referência da gestão desse tema. O respeito às suas diretrizes visa garantir a conformidade com todos os requisitos legais de SSO e a construção e disseminação de iniciativas eficazes de proteção à saúde, prevenção de acidentes e procedimentos para casos de emergências

A taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros) foi de 9,75 (1,52 em 2021) e a taxa de gravidade passou de 4.753,74, em 2021, para 4,3. Em 2022 não foram registrados óbitos de empregados nem de terceiros.

11. Responsabilidade socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa Sul Sudeste. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2022, a Energisa Sul-Sudeste destinou cerca de R\$ 12,7 milhões para iniciativas de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras. Os recursos de incentivo fiscal somaram R\$ 4,6 milhões.

Importante destacar o patrocínio a OSESP – Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, que permitiu levar, gratuitamente, para diferentes cidades do interior do estado de São Paulo, como, por exemplo, Bragança Paulista, a qualidade e a experiência de um concerto da OSESP, contribuindo com o acesso e circulação da cultura e música de qualidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11.1. Eficiência energética

A Companhia investiu R\$ 11,9 milhões em 2022 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 5.336 unidades consumidoras e permitiram economizar 3.600 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 1,5 mil residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de padrões de entrada de energia obsoletos e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. No ano de 2022, foram substituídos 1.100 padrões de entrada de energia obsoletos e 3.684 lâmpadas ineficientes trocadas por novas de tecnologia LED, com alto rendimento e menor impacto ambiental. Todas as lâmpadas velhas foram descartadas, após rigoroso processo de descontaminação, contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Foi inaugurado o Espaço Energia, que é um projeto educacional realizado com o principal objetivo de disseminar à comunidade os conceitos básicos do uso eficiente e seguro da energia elétrica. Capacitando Educadores, Alunos e Público Espontâneo sobre os temas, através de uma forma lúdica, em um espaço construído na Fazenda Serrinha, localizada no município Bragança Paulista - SP. Foram atendidos mais de 25 mil alunos na gestão do projeto do ano de 2022.

Foram executados projetos de eficiência energética na iluminação pública dos municípios de Ibirarema, Tupã, Presidente Epitácio, Pedrinhas Paulista, Paraguaçu Paulista, Mendonça, Iacri, Catanduva, Álvares Machado e Adamantina. No total, houve a substituição de 2.189 luminárias antigas por luminárias com tecnologia LED, com uma economia estimada de 1.870 MWh/ano, equivalente ao consumo mensal de 779 residências com consumo médio de 200 kW/mês.

Outros investimentos significativos foram realizados em Unidades de Saúde e Entidades Filantrópicas da região, como no Lar dos Velhos de Tupã, APAE de Tupã e Santa Casa de Tupã e de Novo Horizonte, proporcionando uma economia de 359,71 MWh/ano. Órgãos Públicos também foram beneficiados com o Programa de Eficiência Energética (PEE), como a UNESP de Assis, o Comando de Policiamento do Interior de Presidente Prudente, quatro escolas de Guarapuava, a Superintendência da Polícia Técnico Científica de Tupã, o Instituto Federal de Bragança Paulista e de Tupã e o Paço Municipal de Presidente Venceslau, Catanduva, Tupã e Adamantina, proporcionando uma economia estimada de 1.270,63 MWh/ano para esses municípios.

11.2. Projetos socioculturais

A Energisa Sul-Sudeste busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória da sua concessão, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Nesse sentido, em 2022, a Companhia destinou, através das Leis de Incentivo à Cultura, mais de R\$ 4,6 milhões para 8 iniciativas culturais. Importante destacar o patrocínio a OSESP - Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, que permitiu levar, gratuitamente, para diferentes cidades do interior do estado de São Paulo, como, por exemplo, Bragança Paulista, a qualidade e a experiência de um concerto da OSESP, contribuindo com o acesso e circulação da cultura e música de qualidade.

O Projeto **Nossa Energia** tem como objetivo promover o uso eficiente de energia elétrica nas comunidades de baixo poder aquisitivo beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). Por meio da substituição de lâmpadas obsoletas por lâmpadas de LED mais eficientes o projeto substituiu, em 2022, 3.684 unidades. Na parte de conscientização, com foco em alunos de escolas públicas e particulares, a Unidade Móvel Eficiente (UMEs) - o Caminhão Nossa Energia, visitou 19 municípios e promoveu palestras e ações educacionais para o consumo consciente de energia e o combate ao desperdício, alcançando 4.389 alunos. Além disso, realizou 876 cadastros de clientes na TSEE.

Também foram investidos mais de R\$ 7,0 milhões na redução do consumo de energia por meio de projetos de Eficiência Energética aprovados em Chamada Pública. Os projetos foram realizados na iluminação pública de dez municípios, além de hospitais, escolas e instituições educacionais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11.3. Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energisa Sul- Sudeste assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações com o apoio de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais destacam-se:

Energia: Instalação de sensores de presença e temporizador de energia para lâmpadas e refletores e troca de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de LED. Em determinados prédios (subestações e polos) da Energisa Sul-Sudeste, houve alternância de lâmpadas ligadas no período noturno.

Emissões: A Energisa Sul-Sudeste faz inventário de emissões de gases efeito estufa de acordo com a metodologia do GHG Protocol. O inventário referente ao ano de 2020 foi reconhecido com selo Bronze pelo Programa Brasileiro GHG Protocol. Todas as intervenções em vegetação nativa necessárias para a execução de obras ou manutenção da faixa de servidão das redes e linhas de distribuição somente são realizadas após a obtenção da autorização de órgão ambiental competente. Com a compensação ecológica, a cada árvore autorizada para corte, são plantadas 15 mudas que são monitoradas pelo período de 36 meses. O carbono que deixa de ser resgatado pelas árvores cortadas, em pouco tempo será compensado pelo resgate realizado pela área reflorestada, resultando em saldo positivo de emissões.

Mudanças climáticas: A Energisa Sul-Sudeste mantém convênio com empresa especializada em monitoramento climático responsável pela informação sobre descargas atmosféricas, intensidade e velocidade das chuvas, como também pelo mapeamento instantâneo das ocorrências meteorológicas em toda a área de concessão. O intuito do programa é viabilizar a adoção de medidas preventivas necessárias para a continuidade do fornecimento de energia. Em 2022 o custo para manutenção do projeto foi de R\$ 11 mil.

Biodiversidade: Todo novo projeto da Energisa Sul-Sudeste somente é aprovado após análise das equipes de construção, manutenção e meio ambiente quanto a interferências ambientais previstas. Quando não há possibilidade de desviar de fragmentos de vegetação arbórea nativa, são previstas torres alteadas para que o impacto seja o menor possível. Para tais situações está previsto também o lançamento dos cabos com a utilização de drone, sem a necessidade abrir caminhos pelas matas. Nas podas urbanas são utilizados trituradores para reduzir o impacto dos resíduos da poda, possibilitando a utilização dos resíduos em projetos sociais e acadêmicos.

Resíduos: A gestão dos resíduos sólidos gerados nas atividades da Energisa Sul-Sudeste tem sido uma grande preocupação e se tornou um desafio a ser conduzido com a implantação de novas práticas e metodologias. Há coleta seletiva, constantes reuniões e treinamentos relacionados ao tema e ações de sensibilização para o público interno e externo. Uma das práticas já consolidada é a coleta seletiva, que possibilita a destinação correta dos resíduos para reciclagem ou reutilização, diminuindo os volumes destinados a aterros sanitários. Resíduos como papéis, papelões, metais, vidros, postes, resíduos tecnológicos, dentre outros, são destinados para reciclagem ou reutilização. As sucatas de transformadores, por exemplo, seguem o processo de logística reversa. Já as pilhas, baterias, tonners, materiais contaminados com produtos químicos (óleo, tinta, thinner), Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), solo e brita contaminados com óleo são coletados, transportados e destinados por empresa devidamente licenciada e autorizada, para coprocessamento.

Água e efluentes: Em vários pontos da empresa foram implantados coletores da água proveniente dos aparelhos de ar-condicionado para uso na limpeza do pátio e áreas internas. Isso resulta na redução do consumo de água e melhor aproveitamento do recurso natural. Como o projeto foi implantado recentemente, ainda não há dados mapeados. Outras iniciativas de economia incluem torneiras com válvula temporizadora com fechamento automático e válvulas de descarga com temporizador.

Convênio com Associação Protetora dos Animais Silvestres: A empresa apoia com uma contribuição mensal essa associação que tem em sua estrutura três centros que abrigam espécies silvestres: Centro de Reabilitação (tratamento e reabilitação de animais feridos); Centro de Triagem (onde os animais são avaliados quanto às necessidades de tratamento e possibilidades futuras de reintegração à natureza) e um Mantenedor da Fauna Silvestre, que abriga animais sem possibilidade de sobrevivência em seu habitat natural.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

12. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2022 foi de R\$ 493 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

13. Eventos subsequentes

13.1. Bandeira tarifária

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

13.2. Benefícios pós-emprego Retirada de patrocínio de planos de previdências

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia solicitou à Fundação Energisa de Previdência - EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício, Elétricas BD, Elétrica OP, Plano R, em face ao reduzido número de participantes remanescentes no plano A decisão pela retirada de patrocínio deve-se ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migração concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

13.3 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

13.4 Emissão de Debentures

Em 15 de fevereiro de 2023 a Companhia efetuou a 9ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$150.000 em serie única, com vencimento em 15 de fevereiro de 2026 e remuneração de CDI mais 1,50% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023 e foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

13.5 Aprovação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2022

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$13.091, equivalentes a R\$134,805192664121 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 17 de março de 2023, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2023.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “ESS”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 05 de novembro de 2019. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A (“REDE”), e possui sede na cidade de Presidente Prudente, São Paulo. Sua área de concessão abrange 82 municípios, sendo 71 no Estado de São Paulo, 10 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 município no estado do Paraná, atendendo a 856.188 consumidores.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 17 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - Racionalidade operacional e econômica; e
- IV - Modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, a infraestrutura da concessão, registrado pela companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, uma vez que sua recuperação se dará pelo fornecimento de energia elétrica na área da concessão e tais ativos serão amortizados pela sua vida útil remanescente, considerando o novo prazo da concessão.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas, a conservação dos bens e das instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguros sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

Notas Explicativas

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes aos reajustes tarifários, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 26, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº32.

Notas Explicativas

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa nº9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III. Nota explicativa nº12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- IV. Nota explicativa nº13 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V. Nota explicativa nº15 - Imobilizado;
- VI. Nota explicativa nº16 - Intangível;
- VII. Nota explicativa nº22 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias;
- VIII. Nota explicativa nº27 - Custo e despesas operacionais;
- IX. Nota explicativa nº32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X. Nota explicativa nº33 - Benefícios pós-emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo

Notas Explicativas

financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avaliou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas

Notas Explicativas

esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº2.3;
- Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota explicativa nº32.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de créditos esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de créditos para as quais não houve aumento significativo no risco de créditos desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas são provisionadas para perdas de créditos resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de créditos para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessionárias e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de créditos, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de créditos, como métrica para a mensuração das perdas esperadas

Notas Explicativas

condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2022 compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, as debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº32, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

Notas Explicativas

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras;

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, que estabelece e determina para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº13.

- f. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;

Notas Explicativas

- g. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos aos consumidores. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão;
- h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público de energia elétrica, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.
- j. Arrendamentos** - os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

- k. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de

Notas Explicativas

captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

I. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Ágio: teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

Ativos intangíveis: ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Notas Explicativas

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2022 e 2021, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

m. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

n. Derivativos - são instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração do resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº32.

o. Imposto de renda e contribuição social - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido;

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avaliou se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia.

p. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

q. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações;

r. Dividendos - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

s. Receita operacional - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i)

Notas Explicativas

identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receitas de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração.

A receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

- t. **Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de Benefício Definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de Benefício Definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de Contribuição Definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações

Notas Explicativas

são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido.

- u. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- v. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 3	Referência à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	1º de janeiro de 2022

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.3 Reapresentação de exercícios anteriores

A Administração da Companhia procedeu a correção de determinados valores, com efeitos retroativos, que resultou na reapresentação dos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021, e das demonstrações da mutação do patrimônio líquido, do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, originalmente emitidas em 16 de março de

Notas Explicativas

2022, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, conforme segue:

- (a) correção do cálculo na apuração dos valores contábeis do fornecimento de energia não faturado; e
(b) apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os efeitos do assunto (a) acima.

Balço patrimonial	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)	Divulgado 2020	Ajustes	01/01/2021 (reapresentado)
Ativo						
Consumidores e concessionárias (a)	434.860	(75.056)	359.804	356.906	(36.352)	320.554
Tributos a recuperar (b)	101.473	22.522	123.995	66.457	10.908	77.365
Ativo circulante	1.097.489	(52.534)	1.044.955	898.884	(25.444)	873.440
Ativo Total	2.947.130	(52.534)	2.894.596	2.363.425	(25.444)	2.337.981
Passivo						
Impostos e contribuições sociais (b)	99.799	(6.943)	92.856	77.115	(3.363)	73.752
Encargos setoriais (a)	30.287	(528)	29.759	23.621	(189)	23.432
Passivo circulante	977.127	(7.471)	969.656	717.276	(3.552)	713.724
Encargos setoriais (a)	13.999	(146)	13.853	33.169	(137)	33.032
Passivo não circulante	1.375.634	(146)	1.375.488	1.044.486	(137)	1.044.349
(Prejuízos) acumulados (a) e (b)	-	(44.917)	(44.917)	-	(21.755)	(21.755)
Patrimônio Líquido (a) e (b)	594.369	(44.917)	549.452	601.663	(21.755)	579.908
Passivo Total	2.947.130	(52.534)	2.894.596	2.363.425	(25.444)	2.337.981

Demonstração do Resultado do Exercício	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Receita operacional líquida (a)	2.236.519	(34.776)	2.201.743
Lucro bruto (a)	389.282	(34.776)	354.506
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos (a)	283.556	(34.776)	248.780
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	245.673	(34.776)	210.897
Imposto de renda e contribuição social corrente (b)	(55.817)	11.614	(44.203)
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	165.623	(23.162)	142.461
Lucro líquido básico e diluído ação ordinária - R\$	1.707,45	(239)	1.468,67

Demonstração do Resultado Abrangente	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	165.623	(23.162)	142.461
Total de outros resultados abrangentes do exercício	190.503	(23.162)	167.341

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	601.663	(21.755)	579.908
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	165.623	(23.162)	142.461
Total do patrimônio líquido	594.369	(44.917)	549.452

Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços (a)	3.226.287	(38.703)	3.187.584
Valor adicionado bruto	1.411.438	(38.703)	1.372.735
Valor adicionado líquido	1.346.202	(38.703)	1.307.499
Valor adicionado total a distribuir	1.492.609	(38.703)	1.453.906
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (b)	212.196	(15.193)	197.003
Obrigações intrasetoriais (a)	276.907	(348)	276.559
Remuneração de capitais próprios			
(Prejuízos) acumulados (a) e (b)	-	(23.162)	(23.162)

Notas Explicativas

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgado 2021	Ajustes	2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	165.623	(23.162)	142.461
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (b)	80.050	(11.614)	68.436
(Aumento) de consumidores e concessionárias (a)	(91.678)	38.704	(52.974)
Aumento de impostos e contribuições sociais (b)	49.899	(3.580)	46.319
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar (a)	(19.758)	(348)	(20.106)

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 82 municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e sua demonstração de resultado do exercício reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira foi de 91,6% do CDI (85,0% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	24.894	19.585
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações compromissadas	23.971	111.943
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	49.985	131.528

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, Letra Financeira do Tesouro, CDBs, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 102,2% do CDI (111,4% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	2	2
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	3.935	501
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	-	2.700
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	4.380	56
Compromissadas	4.489	-
Fundo Multimercado	5.725	178

Notas Explicativas

	2022	2021
Fundo de Renda Fixa	145.342	41.907
Letra financeira do Tesouro (LFT)	9.372	16.293
Letra financeira do Tesouro (LFNP)	760	-
Letra financeira (LF)	18.002	8.238
Letra financeira (LFP)	-	21
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LTN)	564	337
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	11.792	29.064
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	783	177
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽³⁾	205.146	99.474
Circulante	205.146	99.474

(1) Fundo de Investimentos - são classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -31,4% a 112,1% (94,5% a 170,5% em 31 de dezembro de 2021) do CDI e média ponderada -11,7% (137,8% em 31 de dezembro de 2021) do CDI.

(2) Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, LFT, LFNP, LF, LFP, LTN, NTNB, NTNF e são remuneradas a 108,1% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 102,9% do CDI Fundo BB Energisa, 101,2% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 102,6% (117,3% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo Zona da Mata e 98,1% do CDI Fundo Cataguases.

(3) Inclui R\$564 (R\$503 em 2021) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho do consumidor, conforme segue:

	2022	2021
Bloqueios judicial credores	347	311
Conselho do consumidor	217	192
Total	564	503

6. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽²⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2022	2021 (reapresentado)
Valores correntes:									
Residencial	46.974	-	32.300	1.501	128	316	(1.954)	79.265	96.528
Industrial	17.746	-	2.193	33	204	2.643	(2.646)	20.173	21.020
Comercial	25.848	-	7.112	338	245	1.164	(1.412)	33.295	40.038
Rural	9.822	-	2.983	173	258	437	(439)	13.234	16.048
Poder público:	6.787	-	222	-	122	2	(2)	7.131	8.076
Iluminação pública	6.440	-	93	-	-	46	(46)	6.533	10.139
Serviço público	8.282	-	84	-	-	27	(27)	8.366	9.709
Fornecimento não faturado	100.040	-	-	-	-	-	(14)	100.026	111.658
Arrecadação Processo Classificação	739	-	-	-	-	-	-	739	(455)
Valores renegociados:									
Residencial	2.071	3.745	1.821	737	478	1.560	(4.187)	6.225	11.703
Industrial	281	1.556	69	27	42	999	(1.073)	1.901	3.105

Notas Explicativas

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽²⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2022	2021 (reapresentado)
Comercial	546	1.807	371	167	204	1.486	(2.185)	2.396	3.448
Rural	256	456	130	39	41	94	(304)	712	1.192
Poder público	4	2	-	-	-	9	(8)	7	6
Iluminação pública	2	-	-	-	-	-	-	2	-
Serviço público	7	-	-	-	-	-	-	7	17
(-) Ajuste a valor presente ⁽¹⁾	(71)	-	-	-	-	-	-	(1.276)	(1.146)
Subtotal - Consumidores	225.774	6.361	47.378	3.015	1.722	8.783	(14.297)	278.736	331.086
Suprimento Energia ⁽³⁾	10.077	-	-	-	-	16.752	-	26.829	32.469
Outros ⁽⁴⁾	14.346	-	-	-	-	44.486	(365)	58.467	50.766
Total	250.197	6.361	47.378	3.015	1.722	70.021	(14.662)	364.032	414.321
Circulante								300.837	359.804
Não Circulante								63.195	54.517

⁽¹⁾ **Ajuste a valor presente:** calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 13,65% a.a. (8,76% a.a. em 2021).

⁽²⁾ **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD):** constituída com base nas perdas esperadas, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	37.624	51.704
Provisões/(reversões) constituídas no exercício	4.410	(12.272)
Baixa/reversão de contas de energia elétrica - incobráveis	(5.009)	(1.808)
Saldo em 2022 e 2021	37.025	37.624
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	14.662	13.384
Títulos de créditos a receber	22.163	22.162
Outros créditos (vide nota explicativa nº 10)	200	2.078

⁽³⁾ **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos saldos da CCEE	2022	2021
Créditos a vencer	10.077	15.718
Créditos vinculados a liminares ^(a)	16.752	16.752
Subtotal créditos CCEE ^(b)	26.829	32.470
(-) Aquisições de Energia na CCEE	(7.287)	(23.619)
(-) Encargos de serviços de sistema	(203)	(62.113)
Total débitos CCEE	19.339	(53.262)

^(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

Notas Explicativas

^(b) Vide nota explicativa nº 17.

⁽⁴⁾ **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar ao consumidores. A Companhia possui R\$42.976 (R\$34.481 em 2021), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante (vide nota explicativa nº 20).

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2022	2021 (reapresentado)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	39.057	43.744
Imposto de Renda Pessoa Jurídica- IRPJ	57.407	48.716
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSSL	24.123	17.528
PIS e COFINS	22.223	25.388
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS ⁽¹⁾	371.500	392.033
Outros	10.120	9.969
Total	524.430	537.378
Circulante	166.400	123.995
Não circulante	358.030	413.383

⁽¹⁾ Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$371.500 (R\$392.033 em 2021). Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$33.390 (R\$85.944 em 2021), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e COFINS, oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), empresa incorporada em 2017, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 e integralmente compensados em julho de 2021. As empresas, também incorporadas em 2017, Companhia Nacional de Energia Elétrica (ENA) e Empresa Bragantina de Distribuição de Energia (EBR), tiveram seus créditos habilitados pela Receita Federal em 09/06/2022 e 22/06/2022, respectivamente. As compensações realizadas no exercício foram de R\$53.923 (R\$30.436 em 2021).

Ainda que as ações judiciais da ESS e Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema (EDEVP - incorporada em 2017) não tenham transitado em julgado, a Administração tem convicção de ser adequado o seu reconhecimento, visto que, a realização dos créditos é mais do que provável. A habilitação dos referidos créditos junto à Receita Federal do Brasil, somente ocorrerá após o trânsito em julgado.

8. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

8.1. Reajuste tarifário

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.012 de 05 de julho de 2022, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 12 de julho de 2022. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 11,52%.

8.2. Revisão tarifária

Notas Explicativas

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas.

Em 06 de julho de 2021, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.893, homologou o resultado da quarta revisão tarifária periódica da Companhia, em vigor desde 12 de julho de 2021.

Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

8.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela; e
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/Kwh	R\$/Kwh REH 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/Kwh Resolução nº 3/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3.051/2022 ⁽³⁾
Verde	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 30 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021;

⁽²⁾ Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022; e

⁽³⁾ A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

Em 2022 e 2021 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2022	2021
Janeiro	Escassez hídrica	Amarela
Fevereiro	Escassez hídrica	Amarela
Março	Escassez hídrica	Amarela
Abril	Escassez hídrica/Verde	Amarela
Maiο	Verde	Vermelha Patamar 1
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Verde	Vermelha Patamar 2

Notas Explicativas

	2022	2021
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 2
Setembro	Verde	Escassez hídrica
Outubro	Verde	Escassez hídrica
Novembro	Verde	Escassez hídrica
Dezembro	Verde	Escassez hídrica

Bandeira escassez hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

A aplicação da Bandeira de Escassez Hídrica foi finalizada em 16 de abril de 2022, conforme posição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Ofício Circular nº 6/2022-DR/ANEEL, de 11 de abril de 2022.

8.4. Programa de incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica:

Foi instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição e será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigorará por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício de 2021 foram apurados R\$32.072 em bônus de redução de consumo repassados aos consumidores, durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui R\$266 a receber registrado em outros créditos no ativo circulante e R\$313 como obrigação de repasse aos consumidores registrado em outros passivos no passivo circulante.

8.5. Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, a administração da Companhia encontra-se alinhada.

Notas Explicativas

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

1. Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;
2. Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência, e
3. Em agosto de 2022, a Diretoria da Aneel, através do Despacho 2.168/2022, acatou os pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020 e revisou os montantes de involuntariedade das distribuidoras para os anos de 2016 e 2017.

Após a publicação do Despacho nº 2.168/2022 a Administração atualizou as suas estimativas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2022, proporcionalizando um saldo passivo de R\$27.486 (R\$22.900 em 2021).

Os valores reconhecidos no exercício contabilizados na receita operacional bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização foi de R\$1.771 e R\$2.815 de atualização financeira credora, registrado no resultado financeiro.

9. Ativos e Passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Notas Explicativas

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	2021	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transfe- rência	2022	Valores em Amortiza- ção	Valores em Consti- tuição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	50.260	(58.201)	(13.705)	9.040	22.161	9.555	-	9.555	4.495	5.060
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.197	11.809	(2.075)	449	(12.380)	-	-	-	-	-
Encargo de Serviços de Sistema - ESS ⁽²⁾	114.319	(118.460)	(6.447)	2.792	2.591	(5.205)	-	(5.205)	(2.448)	(2.757)
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	4.056	3.863	(1.192)	276	(4.659)	2.344	-	2.344	1.103	1.241
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	2.691	38.576	2.906	1.084	(11.029)	34.228	-	34.228	16.102	18.126
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	7.549	61.488	(7.128)	1.589	(62.026)	1.472	-	1.472	692	780
Bandeira Tarifárias CCBRT ⁽⁸⁾	-	(13)	-	-	-	(13)	-	(13)	(13)	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	12.860	(5.002)	(4.237)	2	1.217	4.840	-	4.840	2.277	2.563
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	27.798	77.263	(4.624)	3.752	(2.231)	101.958	-	101.958	47.964	53.994
Exposição de submercados	8.475	(74)	(7.081)	51	(1.412)	(41)	-	(41)	(19)	(22)
CUSD	2.129	247	(2.011)	(3)	(362)	-	-	-	-	-
Garantias financeiras ⁽⁵⁾	1.333	1.247	(576)	89	(1.309)	784	-	784	369	415
Saldo a compensar ⁽⁶⁾	2.315	9.730	682	43	(8.591)	4.179	-	4.179	1.966	2.213
Outros itens financeiros ⁽⁹⁾	266	(188.606)	14.278	105	122.338	(51.619)	-	(51.619)	(50.817)	(802)
Total ativo	236.248	(166.133)	(31.210)	19.269	44.308	102.482	-	102.482	21.671	80.811

Passivos Financeiros Setoriais	2021	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transfe- rência	2022	Valores em Amortiza- ção	Valores em Consti- tuição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	3.077	-	3.651	-	(11.029)	(4.301)	(4.301)	-	(4.301)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	8.824	-	25.251	-	(62.026)	(27.951)	(27.951)	-	(27.951)	-
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(10.704)	-	22.161	11.457	11.457	-	11.457	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	-	5.889	-	(12.380)	(6.491)	(6.491)	-	(6.491)	-
CUSD	4	-	231	-	(362)	(127)	(127)	-	(127)	-
Encargo de Serviços de Sistema - ESS ⁽²⁾	-	-	(1.019)	-	2.591	1.572	1.572	-	1.572	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	-	-	2.229	-	(4.659)	(2.430)	(2.430)	-	(2.430)	-
Componentes financeiros										
Saldo a compensar ⁽⁶⁾	723	-	3.680	-	(8.591)	(4.188)	(4.188)	-	(4.188)	-
Garantias financeiras ⁽⁵⁾	-	-	634	-	(1.309)	(675)	(675)	-	(675)	-
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	3.035	-	(232)	-	(2.231)	572	572	-	572	-
Exposição de submercados	-	-	886	-	(1.412)	(526)	(526)	-	(526)	-
Devoluções Tarifárias ⁽⁷⁾	16.507	14.404	(16.320)	706	-	15.297	7.299	7.998	11.061	4.236
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	-	-	(440)	-	1.217	777	777	-	777	-
Outros itens financeiros ⁽⁹⁾	20.282	-	(102.078)	-	122.338	40.542	40.542	-	40.542	-
Total Passivo	52.452	14.404	(88.342)	706	44.308	23.528	15.530	7.998	19.292	4.236

Notas Explicativas

Passivos Financeiros Setoriais	2021	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Saldo Líquido	183.796	(180.537)	57.132	18.563	-	78.954	(15.530)	94.484	2.379	76.575

(1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;

(3) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

(4) **Repasso de sobrecontratação/exposição involuntária de energia:** a Companhia deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

(5) **Garantias Financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

(6) **Saldo a compensar da - (CVA do ciclo anterior):** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

(7) **Devoluções tarifárias:** referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da Companhia.

(8) **Bandeiras tarifárias CCBRT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCBRT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

Os Valores repassados pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias em 2022, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCBRT, tem o montante de R\$28.608 (R\$11.088 em 2021);

(9) **Outros itens financeiros:** inclui itens financeiros de característica não recorrentes e específicos tais como, diferimentos financeiros, postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica e repasse de Compensação DIC/FIC, entre outros conforme segue:

Repasso dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu - em fevereiro e setembro de 2022 a Companhia recebeu um montante de R\$29.082 de recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021.

Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético - CDE - a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

Notas Explicativas

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASEZ HIDRICA no valor máximo de R\$44.397, dos quais R\$7.899 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$16.188 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$20.310 destinados ao diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022.

Créditos de PIS e Cofins: no processo tarifário de 2022, foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente as ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública de nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, que em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. No Reajuste Tarifário Anual da Companhia, ANEEL reconheceu o montante de R\$87.082 (R\$29.180 em 2021), sendo considerados 1/12 deste valor a cada mês, tendo compensando até dezembro de 2022 o valor de R\$ R\$53.923 (R\$29.180 em 2021).

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - Nos termos do inciso I do art.4º, da Lei nº 14.182, decide: (i) fixar os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022 foi de R\$56.404, conforme Despacho 1.959/2022.

10. Outros créditos

	2022	2021
Adiantamentos a empregados	1.735	1.552
Adiantamentos a fornecedores	2.629	2.677
Dispêndios a reembolsar	239	239
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	33.996	22.223
Alienação de Bens e Direitos	10.949	7.791
Cessão de Crédito Centrais Elétricas do Pará - Celpa ⁽¹⁾	36.035	36.035
(-) AVP - Cessão de Crédito Centrais Elétricas do Pará - Celpa ⁽¹⁾	(11.009)	(11.579)
Despesas pagas antecipadamente	6.745	6.802
Baixa Renda - tarifa social ⁽²⁾	5.110	5.856
Subvenção CDE - descontos tarifários ⁽³⁾	6.499	16.089
Bônus - Reembolso do Fundo CDE ^(*)	266	32.072
Ordens de desativações em curso ⁽⁴⁾	3.373	1.395
Outros créditos a receber ⁽⁵⁾	615	1.040
Total	97.182	122.192
Circulante	72.157	98.870
Não circulante	25.025	23.322

(*) Corresponde ao saldo remanescente do Programa de incentivo a redução voluntária de consumo de energia elétrica - vide Nota explicativa nº 8.3.

(1) **Outros Créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA** - refere-se créditos oriundo de transações entre partes relacionadas até a data de alienação para a empresa Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% em setembro de 2034. Os juros serão recebidos semestralmente a partir de setembro de 2019.

(2) **Subvenção Baixa Renda** - referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. O saldo refere-se as provisões dos meses de novembro e dezembro de 2022 com estimativa de recebimento para o próximo trimestre, após validação da ANEEL.

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020 - circulante	5.856	5.118
Subvenção Baixa Renda	29.333	26.445
Ressarcimentos realizados pela CCEE	(30.079)	(25.707)
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	5.110	5.856

(3) **Subvenção CDE - descontos tarifários:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com o repasse aos clientes em contrapartida a demonstração

Notas Explicativas

do resultado, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do trimestre seguinte.

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020 - circulante	16.089	19.422
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural aplicados na tarifa	89.161	95.988
Ressarcimentos e compensações realizados pela CCEE	(98.751)	(99.321)
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	6.499	16.089

- (4) **Ordens de desativação em curso:** refere-se, em sua maioria, às ordens de desativação em curso, em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém o processo de fechamento das ordens não foi concluído. A Administração tem efetuado esforços para concluir os trabalhos dos processos objetivando reduzir os saldos.
- (5) **Outros créditos a receber:** refere-se a uso mútuo de postes e venda de sucata e inclui R\$200 (R\$2.078 em 2021) referente a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (99,25% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾ ;	EMG	Distribuição de energia
· Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A.	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração distribuída
· Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A;	-	Serviços
· Energisa Geração Central Solar Rio Do Peixe I S/A; e	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio Do Peixe II S/A.	EGCS-RP2	Parque Solar
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding

Notas Explicativas

	Sigla	Ramo de atividade
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE VII	Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I LTDA (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);	REENERGISA II	Geração distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração distribuída

(1) Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A ("EMR") (nova denominação social da Energisa Minas Gerais - Distribuição de Energia S/A ("EMG")), que incorporou em 30 de novembro de 2022 a Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Disponib. do sistema - receita / (despesa)	Compartilhamento (10)	Serv. Contratados (Despesa)	Debentures Desp. financeiras	Operação FIDC - receitas (7)	Saldo a pagar de debêntures	Saldos a pagar (receber) Fornecedores	Saldo a receber (pagar) - Disponibilização de sistema
Energisa S/A (1 e 2)	-	(4.207)	(31.552)	21.960	-	(131.377)	(6.221)	-
EMS (3)	7.021	(867)	-	-	-	-	(164)	471
ESOLC (4)	-	-	(29.111)	-	-	-	(3.956)	-
ESOL (4 e 5)	-	-	(4.159)	-	-	-	(298)	-
MULTIENERGISA (6)	-	-	(4.098)	-	-	-	(666)	-
ESE	-	30	-	-	-	-	9	-
ECOM	-	(123)	-	-	-	-	(27)	-
EBO	-	11	-	-	-	-	-	-
EPB	-	(4.623)	-	-	-	-	(921)	-
ETO	-	234	-	-	-	-	49	-
EMT	-	(6)	-	-	-	-	43	-
EAC	-	(3)	-	-	-	-	(10)	-
ERRO	-	74	-	-	-	-	13	-
EMR	-	(3.194)	-	-	-	-	(565)	-
EGO I (7)	(199)	4	-	-	-	-	1	-
EPA I (7)	(199)	5	-	-	-	-	1	-
EPA II (7)	(126)	3	-	-	-	-	-	-
EAM (7)	-	1	-	-	-	-	-	-
ETT	(25)	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

	Disponib. do sistema - receita / (despesa)	Compartilhamento ⁽¹⁰⁾	Serv. Contratados (Despesa)	Debentures Desp. financeiras	Operação FIDC - receitas ⁽⁷⁾	Saldo a pagar de debêntures	Saldos a pagar (receber) Fornecedores	Saldo a receber (pagar) - Disponibilização de sistema
EPTE ⁽⁷⁾	(11)	-	-	-	-	-	-	-
LMTE ⁽⁷⁾	(333)	-	-	-	-	-	-	(17)
LXTE ⁽⁷⁾	(400)	-	-	-	-	-	-	(20)
LTTE ⁽⁷⁾	(132)	-	-	-	-	-	-	-
ESAEREOS ⁽⁹⁾	-	-	(255)	-	-	-	-	-
ALSOL ⁽¹¹⁾	-	-	-	-	-	-	(4.596)	-
2022	5.596	(12.661)	(69.175)	21.960	-	(131.377)	(17.308)	434
2021	6.605	(11.312)	(61.023)	(30.375)	3.535	(226.944)	(7.558)	136

(1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$82.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

(2) A Companhia efetuou a 1ª, 3ª e 6ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 2022 o valor atualizado é de R\$131.377 (R\$226.944 em 2021).

(3) Refere-se a contratos de CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.

(4) Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026.

(5) **Contrato de prestação de serviços** - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027.

(6) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

(7) Refere-se ao custo transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato com vencimento em 2025.

(8) Refere-se ao montante recebido do Fundo de Investimentos - FIDC por conta da cessão de créditos, realizados no período, vide nota explicativa nº 28.

(9) Refere-se a serviços aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

(10) Contrato de compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

(11) Refere-se a serviços de execução dos projetos de P&D, o contrato tem vigência até dezembro de 2023.

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores

	2022	2021
Remuneração anual ⁽¹⁾	4.397	3.716
Remuneração da Diretoria	1.714	1.555
Outros benefícios ⁽²⁾	1.388	1.567

⁽¹⁾ Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2022 foi aprovado na AGE de 28 de abril de 2022.

⁽²⁾ Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes, relativas ao mês de dezembro de 2022, foram de R\$78 e R\$2 (R\$72 e R\$2 em 2021), respectivamente. A remuneração média em 2022 foi de R\$21 (R\$19 em 2021).

Programa de Remuneração Variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas-chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP ⁽¹⁾	2º programa ILP ⁽¹⁾	3º programa ILP	4º programa ILP	5º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	10.325	8.476	9.565	11.292	17.686
Data de aprovação do Conselho de Administração	10 /05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022
Data de início <i>vesting</i>	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	8,2%	7,7%	5,26%	7,88%	12,55%
Volatilidade ⁽²⁾	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2021	DI1F2022	DI1F2023	DI1F2024	DI1F2025
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$37,90
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Em 13 de maio de 2021 e 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º e 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R\$370 representativo de 7.867 Units e R\$338 representativo de 7.681 Units, respectivamente já líquidos de imposto de renda retido na fonte, de responsabilidade do beneficiário.

⁽²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares")) para o *Total Shareholder Return* (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa;

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação

Notas Explicativas

das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício de 2022 foram reconhecidos R\$470 (R\$498 em 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.362 (R\$1.020 em 2021).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2022	2021
Ativo		
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	-	12.204
Contribuição social sobre base negativa	-	5.237
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	41.855	46.887
Contribuição social sobre o Lucro Líquido	15.068	16.879
Total	56.923	81.207
Passivo		
Diferenças temporais:		
Imposto de renda	11.459	39.705
Contribuição social sobre o lucro líquido	4.125	14.293
Total	15.584	53.998
Total líquido - ativo não circulante	41.339	27.209

As diferenças temporárias são como segue:

	2022		2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	-	-	48.815	12.204
Base negativa da contribuição social sobre o lucro	-	-	58.184	5.237
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	15.067	5.123	23.119	7.860
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	(2.484)	(845)	5.431	1.847
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	37.025	12.589	37.624	12.792
Marcação a mercado - dívida	(13.212)	(4.492)	387	132
Ajuste a valor presente	1.276	434	1.146	390
Provisão ajuste atuarial	44.418	15.102	47.019	15.986
Marcação a mercado derivativo	(30.138)	(10.247)	(158.817)	(53.998)
Parcela do VNR do ativo financeiro	59.132	20.105	59.582	20.258
Outras adições temporárias	10.501	3.570	13.240	4.501
Total - ativo não circulante	121.585	41.339	135.730	27.209

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Notas Explicativas

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2023	2.887
2024	2.658
2025	2.893
2026	4.497
2027	6.206
2028 a 2029	13.758
2030 a 2032	24.024
Total	56.923

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	2022	2021 (reapresentado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro (*)	187.632	210.897
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(63.795)	(71.705)
Ajustes:		
Outros Créditos (Débitos) de períodos anteriores	407	(210)
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	4.990	2.755
Outros incentivos fiscais e despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	1.309	724
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(57.089)	(68.436)
Alíquota efetiva	30,41%	32,45%

(*) O resultado antes dos tributos sobre o lucro e imposto de renda e contribuição social em 2021, foram reapresentados conforme nota explicativa 3.3;

⁽¹⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2022 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto

Notas Explicativas

de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela companhia e a Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$8.178 (R\$12.512 em 2021).

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	2022	2021
Ativo financeiro valor justo - em 2021 e 2020	136.028	101.425
Adições no exercício ⁽¹⁾	21.616	22.257
Baixas no exercício	(10)	(166)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	8.178	12.512
Ativo financeiro valor justo - em 2022 e 2021	165.812	136.028

(1) Adições no exercício: refere-se à transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) **Receita Operacional:** ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a Valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	2022
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	64.761	231.305	(147.964)	(23.585)	124.517
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	45.249	29.179	(19.971)	(1.969)	52.488
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	19.512	202.126	(127.993)	(21.616)	72.029

	2020	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	57.020	134.464	(103.370)	(23.353)	64.761
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	39.904	22.101	(15.660)	(1.096)	45.249
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	17.116	112.363	(87.710)	(22.257)	19.512

(1) O montante de R\$127.993 (R\$87.710 em 2021) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão.

(2) As baixas no montante de R\$21.616 (R\$22.257 em 2021) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

Notas Explicativas

15. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação (%)	2021	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	2022
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	7.355	-	3.383	-	-	10.738
Máquinas e Equipamentos	14,67%	20.696	-	2.168	-	-	22.864
Veículos	14,29%	250	-	-	-	-	250
Móveis e utensílios	6,25%	7.454	-	316	(32)	-	7.738
Total do imobilizado em serviço		35.755	-	5.867	(32)	-	41.590
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(176)	-	-	-	(302)	(478)
Máquinas e Equipamentos		(15.104)	-	-	-	(1.473)	(16.577)
Veículos		(14)	-	-	-	(35)	(49)
Móveis e utensílios		(6.219)	-	-	32	(114)	(6.301)
Total Depreciação acumulada		(21.513)	-	-	32	(1.924)	(23.405)
Subtotal Imobilizado		14.242	-	5.867	-	(1.924)	18.185
Imobilizado em curso		4.130	4.875	(5.867)	-	-	3.138
Total do Imobilizado		18.372	4.875	-	-	(1.924)	21.323

	Taxa Média de Depreciação (%)	2020	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Depreciação	2021
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	-	-	7.355	-	7.355
Máquinas e Equipamentos	15,49%	18.494	-	2.202	-	20.696
Veículos	14,29%	-	-	250	-	250
Móveis e utensílios	6,25%	7.431	-	23	-	7.454
Total do imobilizado em serviço		25.925	-	9.830	-	35.755
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		-	-	(84)	(92)	(176)
Máquinas e Equipamentos		(13.483)	-	(1)	(1.620)	(15.104)
Veículos		-	-	(2)	(12)	(14)
Móveis e utensílios		(6.111)	-	-	(108)	(6.219)
Total Depreciação acumulada		(19.594)	-	(87)	(1.832)	(21.513)
Subtotal Imobilizado		6.331	-	9.743	(1.832)	14.242
Imobilizado em curso		9.016	5.251	(10.137)	-	4.130
Total do Imobilizado		15.347	5.251	(394)	(1.832)	18.372

(1) O montante R\$394 em 2021, refere-se às reclassificações para o Intangível - contrato de concessão.

16. Intangível

	2022	2021
Intangível - contrato de concessão	910.765	853.198
Intangível - direito de uso	882	1.644
Intangível - software	21.454	13.763

Notas Explicativas

Total 933.101 868.605

16.1. Intangível - Contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	2021	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	2022
Intangível Em Serviço						
Custo	4,39%	2.103.399	147.964	(19.200)	-	2.232.163
Amortização Acumulada		(1.009.343)	(41)	17.352	(85.788)	(1.077.820)
Subtotal		1.094.056	147.923	(1.848)	(85.788)	1.154.343
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,87%	444.874	19.971	-	-	464.845
Amortização Acumulada		(204.016)	(41)	-	(17.210)	(221.267)
Subtotal		240.858	19.930	-	(17.210)	243.578
Total		853.198	127.993	(1.848)	(68.578)	910.765

	Taxa Média de Amortização (%)	2020	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	2021
Intangível Em Serviço						
Custo	4,42%	2.014.826	105.081	(16.508)	-	2.103.399
Amortização Acumulada		(940.987)	(1.317)	13.817	(80.856)	(1.009.343)
Subtotal		1.073.839	103.764	(2.691)	(80.856)	1.094.056
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,93%	429.214	15.660	-	-	444.874
Amortização Acumulada		(187.427)	-	-	(16.589)	(204.016)
Subtotal		241.787	15.660	-	(16.589)	240.858
Total		832.052	88.104	(2.691)	(64.267)	853.198

(1) Do montante de R\$127.993 (R\$88.104 em 2021), R\$127.993 (R\$87.710 em 2021) foi transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção - contrato de concessão e R\$394 em 2021 refere-se às reclassificações para o imobilizado.

(2) O montante de R\$1.848 (R\$2.691 em 2021) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$4.323 (R\$4.201 em 2021).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,39% (4,42% em 2021).

Obrigações vinculadas a concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a

Notas Explicativas

concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2022	2021
Contribuição do consumidor ⁽¹⁾	274.382	244.630
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	199.500	199.500
Reserva para reversão	5.383	5.956
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	41.333	41.333
(-) Amortização acumulada	(221.267)	(204.016)
Total	299.331	287.403
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	3.265	1.296
Ativo contratual - Infraestrutura em construção e intangível em curso	52.488	45.249
Intangível - contrato de concessão	243.578	240.858
Total	299.331	287.403

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos.

(3) **Receitas de Ultrapassagem de Demanda:** a Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária e os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente, a partir de dezembro de 2016, passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais (CVA) - devoluções tarifárias conforme determina a Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e despacho da ANEEL nº 245 de 28 de janeiro de 2016.

16.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) - são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	2021	Amortização	2022
Intangível - direito de uso - Imóveis				
Custo	14,33%	5.317	-	5.317
Amortização Acumulada		(3.673)	(762)	(4.435)
Total		1.644	(762)	882

	Taxa Média de Amortização (%)	2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	2021
Intangível - direito de uso - Imóveis							
Custo	19,45%	5.685	1.081	54	(1.503)	-	5.317
Amortização Acumulada		(2.585)	-	(54)	-	(1.034)	(3.673)
Total		3.100	1.081	-	(1.503)	(1.034)	1.644

16.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização (%)	2021	Adição	Transferências	Amortização	2022
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	32.959	-	6.147	-	39.106
Amortização Acumulada		(24.707)	-	-	(3.382)	(28.089)

Notas Explicativas

Em curso	5.511	11.073	(6.147)	-	10.437
Total	13.763	11.073	-	(3.382)	21.454

	Taxa Média de Amortização (%)	2020	Adição	Transferências	Amortização	2021
Intangível - software						
Custo	20,00%	28.307	-	4.652	-	32.959
Amortização Acumulada		(22.403)	-	-	(2.304)	(24.707)
Em curso		3.580	6.583	(4.652)	-	5.511
Total		9.484	6.583	-	(2.304)	13.763

17. Fornecedores

	2022	2021
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽¹⁾	7.287	23.619
Compra de energia elétrica ⁽²⁾	164.257	151.823
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽²⁾	26.206	18.706
Encargos de serviços do sistema ⁽³⁾	203	62.113
Encargos do uso da rede elétrica ⁽²⁾	6.354	6.394
Encargos de conexão ⁽²⁾	706	2.634
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	40.070	26.389
Total	245.083	291.678
Circulante	237.776	285.007
Não circulante	7.307	6.671

⁽¹⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica** - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que esteve perto do piso nos meses de novembro-dezembro/22 comparado com novembro-dezembro/21. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

⁽²⁾ **Compra de energia elétrica e encargos de uso da rede elétrica** - refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

⁽³⁾ **Encargos do serviço do sistema** - a diminuição dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à redução do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão de Segurança Energética. As chuvas do período úmido elevaram o nível dos reservatórios e, com a melhoria das condições hidrológicas, não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.

⁽⁴⁾ **Materiais, serviços e outros:** refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

Notas Explicativas

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos da dívida está demonstrada a seguir:

	2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	2022
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
INPC	8.204	10.767	(3.975)	(581)	1.371	-	-	15.786
IPCA	138.636	-	(8.605)	(7.121)	15.552	-	-	138.462
CDI	113.135	150.000	(8.999)	(1.060)	26.212	-	-	279.288
(-) Custo com captação	(997)	-	-	-	412	(1.154)	-	(1.739)
Total ao custo amortizado	258.978	160.767	(21.579)	(8.762)	43.547	(1.154)	-	431.797
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	244.535	82.407	(117.957)	(5.016)	(10.372)	-	-	193.597
Euro	323.453	-	(125.563)	(1.955)	(47.106)	-	-	148.829
(-) Custo com captação	(52)	-	-	-	52	-	-	-
Marcação a mercado	200	-	-	-	-	-	(7.066)	(6.866)
Total ao valor justo	568.136	82.407	(243.520)	(6.971)	(57.426)	-	(7.066)	335.560
Total	827.114	243.174	(265.099)	(15.733)	(13.879)	(1.154)	(7.066)	767.357
Circulante	283.793							200.864
Não circulante	543.321							566.493

	2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	2021
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
INPC	-	8.089	(678)	(320)	1.113	-	-	8.204
IPCA	-	128.732	-	(4.369)	14.273	-	-	138.636
CDI	40.672	110.000	(40.000)	(1.173)	3.636	-	-	113.135
(-) Custo com captação	-	-	-	-	116	(1.113)	-	(997)
Total do custo	40.672	246.821	(40.678)	(5.862)	19.138	(1.113)	-	258.978
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	237.781	140.000	(137.355)	(4.178)	8.287	-	-	244.535
Euro	326.369	-	-	(3.107)	191	-	-	323.453
(-) Custo com captação	(157)	-	-	-	105	-	-	(52)
Marcação a mercado	4.042	-	-	-	-	-	(3.842)	200
Total ao valor justo	568.035	140.000	(137.355)	(7.285)	8.583	-	(3.842)	568.136
Total	608.707	386.821	(178.033)	(13.147)	27.721	(1.113)	(3.842)	827.114
Circulante	179.518							283.793
Não circulante	429.189							543.321

Notas Explicativas

A composição de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortiza- ção do principal	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias(1)
	2022	2021					
BNDES - 20.2.0497-1 (4)	138.462	138.636	IPCA + 2.10% a.a. + 3.00% a.a.	dez-34	Mensal a partir de abr/22	10,88%	A + R
Energisaprev Migração (6)	12.954	7.731	INPC + 4.91% a.a.	abr-30	Mensal a partir de jan/21	10,84%	A
Energisaprev Déficit de 2017 (7)	32	73	INPC + 5.45% a.a.	nov-33	Mensal a partir de jan/21	11,38%	A
EnergisaPrev Déficit 2017 2018 2019 (6)	181	400	INPC + 4.75% a.a.	ago-29	Mensal a partir de jan/21	10,68%	A
NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 1ª SERIE (4)	-	9.255	CDI + 1.50% a.a.	ago-22	Final	13,39%	A
NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SERIE (4)	11.178	9.801	CDI + 1.50% a.a.	ago-23	Final	13,89%	A
NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE (4)	107.299	94.079	CDI + 1.50% a.a.	ago-24	Final	13,89%	A
ENERGISAPrev-Deficit 2020 (7)	2.240	-	INPC + 4.75% a.a.	fev-36	Mensal a partir de abr/22	10,68%	A
ENERGISA PREV- Deficit 2020 (7)	379	-	INPC + 5.17% a.a.	fev-38	Mensal a partir de abr/22	11,10%	A
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL (4)	160.811	-	CDI + 1.55% a.a.	jul/26	Anual a partir de jul/25	13,94%	A
(-) Custo de captação	(1.739)	(997)					
Total em Moeda Nacional	431.797	258.978					
Loan Citi - 4131 (2 e 4)	-	19.143	LIBOR + 1.70% a.a.	jun-22	Anual a partir de jun/21	-2,40%	A
Loan Citi EDC - 4131 (2 e 4)	-	19.147	LIBOR + 1.80% a.a.	jun-22	Anual a partir de jun/21	-2,30%	A
Merrill lynch Loan (2 e 4)	-	154.544	EURO + 0.87% a.a.	jun-22	Final	-11,02%	A
Scotiabank Loan (2 e 3)	-	68.646	USD + 2.20% a.a.	dez-22	Final	-4,30%	A
Merrill lynch Loan (2 e 4)	148.829	168.909	EURO + 0.73% a.a.	jan-23	Final	-11,16%	A
Scotiabank Loan - 14122021 (2 e 4)	128.637	137.599	USD + 1.98% a.a.	dez-24	Final	-4,52%	A
Citibank Loan Trade 61545 (2 e 4)	64.960	-	USD + 5,25% a.a.	out-25	Final	-1,25%	A
(-) Custo com captação	-	(52)					
Marcação à Mercado de Dívida (3)	(6.866)	200					
Total em Moeda Estrangeira	335.560	568.136					
Total	767.357	827.114					

(1) A = Aval Energisa S/A, R= Recebíveis.

(2) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(3) Em 31 de dezembro de 2022 estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº32- Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos).

(4) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
-----------------------	------------------	---------------

Notas Explicativas

Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a:	
	4,0x de março/21 até o vencimento	Trimestral e Anual
(*) EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios	Para os financiamentos BNDES, Nota Promissória e Nota Comercial o limite é 4,25x até o vencimento	

(*) Para os financiamentos do BNDES, Scotiabank e Nota Promissória 3ª Emissão, o limite é de 4,25x até o vencimento

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide Nota Explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (5) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do “hedge” cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 32 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.
- (6) Contato firmado com a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2020, 2021 e 2022.
- (7) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívida. Os contratos têm como finalidade a cobertura dos déficits dos planos de previdência.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2022	2021
US\$ x R\$	-6,50%	7,39%
CDI	12,39%	4,42%
IPCA	5,78%	10,06%
LIBOR	2,40%	0,16%
Euro x R\$	-11,89%	-0,89%
INPC	5,93%	-0,89%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2022
2024	224.981
2025	153.083
2026	88.447
2027	13.598
Após 2027	86.384
Total	566.493

Notas Explicativas

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	2022
Mensuradas ao custo amortizado pós fixado								
CDI	97.324	120.000	(34.948)	(10.685)	17.799	-	-	189.490
IPCA	276.678	81.000	(68.364)	(16.461)	35.826	-	-	308.679
(-) Custo com captação	(3.420)	-	-	-	1.340	(3.785)	-	(5.865)
Marcação a mercado	187	-	-	-	-	-	(6.533)	(6.346)
Total ao do custo	370.769	201.000	(103.312)	(27.146)	54.965	(3.785)	(6.533)	485.958
Circulante	107.127							42.930
Não circulante	263.642							443.028

	2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	2021
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	130.876	-	(34.948)	(4.595)	5.991	-	-	97.324
IPCA	249.575	-	-	(12.834)	39.937	-	-	276.678
(-) Custo com captação	(4.665)	-	-	-	1.245	-	-	(3.420)
Marcação a mercado	22.823	-	-	-	-	-	(22.636)	187
Total do custo	398.609	-	(34.948)	(17.429)	47.173	-	(22.636)	370.769
Circulante	39.270							107.127
Não circulante	359.339							263.642

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	2022	2021							
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	-	56.034	15/06/2017	18397 / 18397	IPCA + 5.60% a.a.	jun/22	Final	11,38%	SG
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	53.098	50.307	15/06/2017	16511 / 16511	IPCA + 5.66% a.a.	jun/24	Final	11,44%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	-	10.854	15/10/2017	8580 / 8580	IPCA + 4.49% a.a.	out/22	Final	10,27%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.136	2.023	15/10/2017	1599 / 1599	IPCA + 4.71% a.a.	out/24	Final	10,49%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3.981	3.770	15/10/2017	2977 / 2977	IPCA + 5.11% a.a.	out/27	Final	10,89%	SG
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	-	35.551	15/10/2017	104844 / 104844	107.750% CDI	out/22	Anual a partir de out/20	13,35%	SG
Debêntures 4ª Emissão Série Única	90.038	85.285	15/09/2018	70000 / 70000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de set/23	10,86%	A
Debêntures 5ª Emissão	63.237	61.773	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 1.15% a.a.	fev/25	Final	13,54%	A

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	2022	2021							
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	8.271	7.840	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	10,01%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	63.891	60.565	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de out/28	10,25%	SG
Debêntures 7ª Emissão	87.264	-	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10% a.a.	jan/32	Anual a partir de jan/30	11,88%	A
Debêntures 8ª Emissão	126.253	-	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60% a.a.	ago/27	Anual a partir de ago/26	13,99%	A
(-) Custo com captação	(5.865)	(3.420)							
Marcação à Mercado de Dívida	(6.346)	187							
Total	485.958	370.769							

(*)A = Aval Energisa S/A, SG = Sem garantia.

Em 15 de janeiro de 2022 a Companhia efetuou a 7ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de R\$81.000 com vencimento em 15 de janeiro de 2032 e remuneração de IPCA mais 6,0996% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 11 de fevereiro de 2022 e serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Em 22 de agosto de 2022 a Companhia efetuou a 7ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de R\$120.000 com vencimento em 23 de agosto de 2027 e remuneração de CDI mais 1,60% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 23 de agosto de 2022 e serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento	Trimestral e Anual
(*)EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios	4,25x de março/21 até o vencimento para a 7ª e 8ª Emissão	

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

As debêntures classificadas no passivo não circulantes têm seus vencimentos assim programados:

	Total
2024	81.197
2025	88.320
2026	59.383
2027	71.378
Após 2027	142.750
Total	443.028

Notas Explicativas

20. Impostos e contribuições sociais

	2022	2021 (reapresentado)
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	112.765	123.914
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.187	9.071
Contribuição Social sobre o lucro líquido - CSSL	496	3.061
Contribuições ao PIS e a COFINS	9.051	8.571
Encargos Sociais	5.451	5.193
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.061	1.881
Imposto Sobre Serviços	880	575
Parcelamento de impostos (2)	4.632	22.365
Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)	1.036	798
Total	138.559	175.429
Circulante	47.191	92.856
Não circulante	91.368	82.573

(1) Inclui: (i) R\$45.990 (R\$41.691 em 2021) referente as discussões da não incidência do ICMS sobre a subvenção econômica de baixa renda. O processo encontra-se em andamento tendo a Companhia efetuado mensalmente depósitos judiciais, reconhecidos na respectiva rubrica no ativo não circulante; e (ii) R\$42.976 (R\$34.481 em 2021), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. O valor referente ao ICMS incidente sobre a TUSD são contabilizados, em contrapartida, a rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante.

(2) Parcelamento de Impostos:

A Companhia possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto à Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo de ICMS, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	ICMS
Principal	91.786
Multa	4.589
Juros	6.896
Total parcelado	103.244
Forma de adesão	Ordinário
Índice de atualização	SELIC
Vigência do parcelamento	04/2013 a 05/2023

A movimentação do exercício está demonstrada abaixo:

Demonstração do resultado	2022	2021
Saldo iniciais em 2021 e 2020	22.365	37.278
Atualização/juros	1.658	3.542
Baixas/Pagamentos	(19.391)	(18.455)
Saldo finais em 2022 e 2021	4.632	22.365
Circulante	4.632	17.314
Não Circulante	-	5.051
Número de parcelas a vencer	5	17

Notas Explicativas

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2022
Após 2023	4.632
Total	4.632

21. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Em maio de 2020, agosto de 2021 e fevereiro de 2022, transitaram em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da CFLO, EBR e ENA, empresas incorporadas em 2017. Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

A administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME reconheceu o montante de R\$364.592 (R\$388.471 em 2021), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido, mesmo que duas de suas ações ainda não tenham transitado em julgado. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciados a partir de maio de 2021, após a habilitação dos créditos perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

Notas Explicativas

O resumo dos impactos são como segue:

	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020 - passivo não circulante	388.471	29.297
Valores a serem repassados aos Consumidores - Novos Entrantes	-	306.796
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	31.589	86.171
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(1.634)	(4.613)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores ^(a)	(53.923)	(29.180)
Saldos em 2022 e 2021 - passivo não circulante	364.503	388.471

^(a) vide nota explicativa 9.

22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

1.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2022	2021
Saldo em - 2021 e 2020	7.261	10.760	25	5.073	23.119	25.387
Constituições de provisões	3.524	4.924	-	168	8.616	10.029
Reversões de provisões	(194)	(1.745)	(25)	(2.857)	(4.821)	(8.545)
Pagamentos realizados	(4.115)	(5.484)	-	-	(9.599)	(5.749)
Atualização monetária	(20)	(297)	-	(1.931)	(2.248)	1.997
Saldo em - 2022 e 2021	6.456	8.158	-	453	15.067	23.119
Cauções e depósitos vinculados ⁽¹⁾					(2.170)	(2.456)

⁽¹⁾ A Companhia possui cauções e depósitos judiciais no ativo não circulante, no montante de R\$92.506 (R\$81.572 em 2021). Deste total, R\$59.403 (R\$51.384 em 2021) corresponde aos depósitos referente ao ICMS incidente sobre a subvenção econômica de baixa renda que encontra-se em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de impostos e contribuições sociais, e R\$30.933 (R\$27.732 em 2021) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

Trabalhistas

As ações trabalhistas discutem principalmente de horas extras, adicional de periculosidade, verbas contratuais, ações relacionadas a ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia, reclamando verbas rescisórias e vínculo empregatício.

Cíveis

Os processos cíveis discutem principalmente indenizações (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento da energia elétrica por falta de pagamento, irregularidades no aparelho de medição, variações de tensão elétrica, falta

Notas Explicativas

momentânea de energia e acidentes na rede elétrica.

Regulatórias

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a susposto descumprimento de preceito regulatório.

1.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação com as perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020	40.256	31.776	53.739	3.262	129.033	113.611
Novos processos	47	1.121	756	-	1.924	8.910
Mudanças de prognósticos e valor perdido	263	(33)	(163)	(187)	(120)	7.062
Encerramento	(2.172)	(4.759)	-	-	(6.931)	(9.260)
Atualização monetária	2.216	1.747	2.788	164	6.915	8.710
Saldos em 2022 e 2021	<u>40.610</u>	<u>29.852</u>	<u>57.120</u>	<u>3.239</u>	<u>130.821</u>	<u>129.033</u>

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referentes às ações consideradas com risco possível:

Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, verbas rescisórias, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados, reclamando horas extras, sobreaviso e verbas rescisórias/contratuais.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede e danos elétricos.

Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) multa ICMS relativo ao fornecimento de energia à consumidores residenciais pertencentes à Subclasse Baixa Renda, no período de fevereiro de 2008 a outubro de 2013; cobrança ICMS decorrente do recebimento de valores de subvenção econômica no período de 2002 a 2005; (ii) taxa de fiscalização, (iii) saldo negativo de IRPJ e (iv) CSLL.

Regulatórias

Processos de contingências regulatórias decorrente de Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL.

Notas Explicativas

23. Encargos setoriais

	2022	2021 (reapresentado)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽¹⁾	3.324	3.252
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ⁽¹⁾	501	642
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽¹⁾	250	323
Programa Nacional de Cons. de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	1.957	2.880
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	19.837	17.217
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	20.315	19.298
Total	46.184	43.612
Circulante	40.790	29.759
Não circulante	5.394	13.853

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 10 - Outros créditos - Ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic. A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante nas contas destacadas.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

Notas Explicativas

24. Outros Passivos

	2022	2021
Folha de pagamento	298	669
Participações empregados	6.878	7.268
Outros Benefícios a empregados	122	1.133
Entidade seguradora	1.254	993
Retenção de caução contratual empreiteiras	424	4.448
Adiantamentos de consumidores	7.299	6.684
Bônus de redução voluntária de consumo ⁽¹⁾	313	32.072
Incorporação de redes	169	1.466
Taxas - Faturamento	1.553	1.563
Convênios de arrecadação	212	268
Outras contas a pagar	3.331	12.553
Total	21.853	69.117
Circulante	21.243	63.498
Não circulante	610	5.619

(1) Vide nota explicativa nº 8.3 - Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$534.717 (R\$534.717 em 2021) está representado por 97.112 ações ordinárias (97.112 em 2021) todas nominativas sem valor nominal.

25.2. Reserva de capital

Refere-se a implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) no montante de R\$1.362 (R\$1.020 em 2021) (vide nota explicativa nº12).

25.3. Reserva de lucros - Reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social de acordo com a o artigo 193 da Lei 6.404/76.

25.4. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício (*)	130.543	165.623
Absorção de prejuízos com realização de reservas	(15.888)	-
Reserva legal (5%)	(5.733)	(8.281)
Lucro líquido ajustado	108.922	157.342
Dividendos obrigatórios (25%)	27.230	39.336
. Valores pagos em 31 de maio de 2022 - R\$603,042710685 (Valores pagos em 26 de maio de 2021 -	58.563	46.869
. Valores pagos em 23 de agosto de 2022 - R\$58,435525476 (Valores pagos em 26 de agosto de 2021	5.675	20.352
. Valores pagos em 25 de novembro de 2022 - R\$325,3400000000 (Valores pagos em 21 de dezembro de 2021 - R\$436,07167940110) por ação ordinária ⁽¹⁾	31.594	42.348

Notas Explicativas

	2022	2021
. Dividendos a pagar - correspondem a R\$73,14069991 por ação ordinária		-
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$134,805192664 (R\$491,932720776 em 2021) por ação ordinária ⁽²⁾	13.090	47.773
Total dos dividendos	108.922	157.342
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

(1) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 12 de maio, 11 de agosto e 10 de novembro de 2022, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022, respectivamente.

(2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

(*) O lucro líquido do exercício em 2021 foi reapresentado conforme nota explicativa 3.3.

25.5. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego, líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação ocorrida nos exercícios:

	2022	2021
Saldo inicial - 2021 e 2020	(18.170)	(43.050)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	7.194	37.697
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(2.710)	(12.817)
Saldo final - 2022 e 2021	(13.686)	(18.170)

26. Receita operacional

Receita Bruta	2022			2021 (reapresentado)		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	735.030	1.523.349	1.184.392	715.022	1.566.006	1.217.982
Industrial	3.916	238.029	187.021	3.949	263.673	200.557
Comercial	63.832	633.578	519.349	63.134	650.342	513.160
Rural	43.628	310.142	196.290	47.612	359.382	206.263
Poder público	7.208	114.141	88.737	7.003	98.506	75.061
Iluminação pública	803	177.500	83.063	705	192.740	92.416
Serviço público	1.255	151.231	105.637	1.245	154.503	105.198
Consumo próprio	183	3.784	-	188	3.961	-
Subtotal	855.855	3.151.754	2.364.489	838.858	3.289.113	2.410.637
Suprimento de energia a concessionárias	-	568.304	55.468	-	252.921	57.909
Fornecimento não faturado líquido	-	(5.982)	(11.619)	-	(11.800)	17.272
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	333	-	339.187	289	-	314.559

Notas Explicativas

Receita Bruta	2022			2021 (reapresentado)		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Bônus de redução voluntária de consumo	-	-	-	-	-	(32.072)
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	-	-	-	-	-	32.072
Receita de construção de infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	192.428	-	-	112.124
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	-	-	-	-	-	(306.796)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - tributos a recuperar	-	-	-	-	-	306.796
Penalidades regulatórias	-	-	(1.939)	-	-	(1.625)
Valor Justo Ativo Financeiro Indenizável de Concessão	-	-	8.178	-	-	12.512
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	31.792	-	-	195.980
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	118.494	-	-	122.433
Outras receitas operacionais	-	-	62.366	-	-	46.820
Total - receita operacional bruta	856.188	3.714.076	3.158.844	839.147	3.530.234	3.288.621
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	495.448	-	-	562.978
PIS	-	-	39.709	-	-	46.094
COFINS	-	-	182.898	-	-	212.316
ISS	-	-	18	-	-	19
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT ⁽²⁾	-	-	-	-	-	(11.088)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	7.103	-	-	8.137
Encargos de consumidor - Procel	-	-	1.777	-	-	2.034
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	389.965	-	-	254.345
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.844	-	-	4.067
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos - FNDCT	-	-	3.553	-	-	4.043
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	3.486	-	-	2.041
Taxa de Fiscalização ação dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	1.886	-	-	1.892
Total - deduções receita operacional	-	-	1.127.687	-	-	1.086.878
Total - receita operacional líquida	856.188	3.714.076	2.031.157	839.147	3.530.234	2.201.743

⁽¹⁾ A receita de construção de infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção de infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

27. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza dos gastos	Custo do serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	946.845	-	-	-	946.845	1.249.425
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	325.315	-	-	-	325.315	297.313
Pessoal e administradores	-	69.049	18	27.001	96.068	96.650
Programa de Remuneração Variável (ILP)	-	-	-	470	470	498
Benefício pós-emprego	-	1.711	-	1.820	3.531	12.365
Material	-	11.831	12	7.953	19.796	16.900
Serviços de terceiros	-	36.561	323	59.170	96.054	96.643
Depreciação e amortização	-	63.172	-	7.151	70.323	65.236
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	5.544	-	-	5.544	(284)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-	-	-	6.509	6.509	(4.265)
Custo de construção	-	-	192.428	-	192.428	112.124
Outros	-	5.955	-	6.391	12.346	12.203
	1.272.160	193.823	192.781	116.465	1.775.229	1.954.808

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH ⁽¹⁾		Valores em R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
Energia de Itaipú - Binacional	735.321	757.234	217.163	333.025
Energia de Leilão	1.540.642	1.452.680	303.740	309.294
Energia Bilateral	586.200	585.474	196.563	161.159
Cotas de Angra Resolução Normativa nº530/2012	137.327	144.187	47.123	35.538
Energia de curto prazo - CCEE (1)	-	6.512	36.139	293.493
Cotas Garantia Física Resolução Homologatória nº 1410/2013	992.227	978.343	133.378	192.178
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	78.560	80.955	61.453	39.156
Energia de reserva - ERR	-	-	50.059	13.627
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(98.773)	(128.045)
Total	4.070.277	4.005.385	946.845	1.249.425

(1) Inclui nesta linha demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu e Encargos de Serviços do Sistema-ESS.

(2) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

Notas Explicativas

28. Outros Resultados

	2022	2021
Outras receitas		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	2.142	5.316
Resultado com cessão de créditos de FIDC ⁽¹⁾	-	2.298
Outras	567	1.117
	2.709	8.731
Outras despesas		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	-	(2.258)
Outras	(6.155)	(4.628)
	(6.155)	(6.886)
Total	(3.446)	1.845

⁽¹⁾ **Cessão de créditos inadimplidos para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento:** Em janeiro de 2021, a Companhia realizou cessão de créditos inadimplidos, de forma definitiva, sem cobrança e sem direito de regresso, para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIDC) com participação do Banco BTG Pactual e da controladora Energisa S/A. A valoração dos créditos para a cessão a custo amortizado os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs.

29. Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	27.092	7.427
Juros ativos	2.129	2.129
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	26.385	29.173
Juros de energia vendida - CCEE	245	241
Atualização financeira - ativos financeiros setoriais	19.269	4.117
Juros Selic s/impostos a recuperar	7.471	4.144
Atualização monetária de depósitos judiciais	4.719	4.649
Recuperação de crédito CDE/CCEE	23	919
(-) Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(6.002)	(6.808)
Atualização sobre os Efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	33.390	85.943
Outras	8.350	7.665
Total receitas financeiras	123.071	139.599
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(77.884)	(36.678)
(-) Transferência para ordens em curso	2.859	819
Encargos de dívidas, juros - Variação Cambial	36.798	(38.216)
Marcação a mercado da dívida	13.599	26.478
Juros e Multas	(1.795)	(11.617)
Ajuste a valor presente	448	(468)
Instrumentos financeiros derivativos	(106.310)	14.459
Despesas Bancárias/IOF	(2.585)	(4.663)
Atualização saldo à aplicar de P&D e PEE	(1.163)	(930)
Marcação a mercado derivativos	(13.371)	(31.505)
Atualização financeira - passivos financeiros setoriais	(706)	(570)
Atualização monetária de provisão para riscos	2.248	(1.997)
Varições Monetárias	(7.791)	(6.599)
Atualização sobre os Efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(31.589)	(86.171)
Despesa Financeira plano de saúde - Atuário	(3.291)	(3.818)
Outras	2.612	3.994
Total despesas financeiras	(187.921)	(177.482)
Despesas financeiras líquidas	(64.850)	(37.883)

30. Lucro por ação

Notas Explicativas

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

	2022	2021 (reapresentado)
Numerador		
Lucro líquido do exercício	130.543	142.461
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	97	97
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária em Reais - R\$ ⁽¹⁾	1.345,80	1.468,67

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

31. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2022	2021
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2023	25.000	116	-
Riscos Operacionais	22/12/2023	90.000	750	634
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2023	90.000	351	311
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros	23/10/2023	Até R\$1.110 /veículo	72	43
Vida em Grupo Acidentes Pessoais	31/01/2024	62.055	177	172
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	30	29
Transporte Nacional	04/04/2023	Até R\$5.000/viagem	8	15
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2024	1.060/drone	3	3
			1.507	1.207

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R\$8.178 (R\$12.512 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº13.

Notas Explicativas

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2022		2021 (reapresentado)	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		49.865	48.643	131.528	131.528
Consumidores e concessionárias		364.032	364.032	414.321	414.321
Títulos de crédito a receber		2.349	2.349	2.349	2.349
Ativos financeiros setoriais		102.482	102.482	236.648	236.648
		517.506	517.506	784.846	784.846
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	205.146	205.146	99.474	99.474
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	165.812	165.812	136.028	136.028
Instrumentos financeiros derivativos	2	69.448	69.448	191.914	191.914
		440.406	440.406	427.416	427.416

PASSIVO	Nível	2022		2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		245.083	245.083	291.678	291.678
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		1.253.315	1.256.200	1.197.883	1.201.028
Arrendamentos operacionais		946	946	1.716	1.716
Passivos financeiros setoriais		23.528	23.528	52.452	52.452
		1.522.872	1.525.757	1.543.729	1.546.874
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	39.310	39.310	33.097	33.097
		39.310	39.310	33.097	33.097

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

“Hedge Accounting”

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 31 de dezembro de 2022 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor

Notas Explicativas

justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “*hedge*” foi impactado em R\$6.533 (R\$22.636 em 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “*swap*” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “*swap*” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “*swaps*” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2022, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício findo, o valor contábil das dívidas designadas como “*Fair Value Option*” foi impactado em R\$7.066 (R\$3.842 em 2021) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “*swap*” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da Rede Energia, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final dos exercícios é como segue:

	2022	2021 (reapresentado)
Dívida ⁽¹⁾	1.253.315	1.197.883
Caixa e equivalentes de caixa	(49.865)	(131.528)
Dívida líquida	1.203.450	1.066.355
Patrimônio líquido	541.216	549.452
Índice de endividamento líquido	2,22	1,94

(*) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº18 e 19.

Notas Explicativas

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		237.776	-	-	-	7.307	245.083
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,81%	299.003	82.434	592.477	239.206	487.833	1.700.953
Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.766)	10.778	(25.626)	2.699	(16.223)	(30.138)
Total		535.013	93.212	566.851	241.905	478.917	1.915.898

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da

Notas Explicativas

concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2022	2021 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	49.985	131.528
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	205.146	99.474
Consumidores e concessionárias	6	364.032	414.321
Ativos financeiros setoriais		102.482	236.248
Títulos de créditos a receber		2.349	2.349
Ativo financeiro indenizável da concessão	9	165.812	136.028
Instrumentos financeiros derivativos	32	69.448	191.914

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº18 é composta de financiamentos obtidos junto a agente de fomento nacional (BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com queda de 6,50% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$5,2177. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2022 era de 16,00%, enquanto em 31 de dezembro de 2021 foi de 10,79%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com 11,89% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$5,5694. A volatilidade do Euro era de 16,93% em 31 de dezembro de 2022.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2022, excluídos os efeitos dos custos com captação, de R\$1.260.919 (R\$1.202.352 em 2021), R\$335.560 (R\$568.188 em 2021) estão representados em moedas estrangeiras.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm vencimento de longo prazo (último vencimento em outubro de 2025) e custo máximo de 5,25% ao ano mais variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2022, a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação das moedas estrangeiras se apresentam conforme segue.

	2022	2021
Ativo circulante	25.517	94.347
Ativo não circulante	43.931	97.567
Total do ativo	69.448	191.914
Passivo circulante	34.529	33.097
Passivo não circulante	4.781	-
Total do passivo	39.310	33.097

Notas Explicativas

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo financeiros (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 - Merrill Lynch	26.675	EUR + 0,8538%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	24.635	USD + 2,33%	CDI + 1,60%	17/12/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 6,1785%	CDI + 1,40%	17/12/2024	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA x ESS	22.121	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	16.511	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	1.599	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú x ESS	70.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	55.648	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
Bank of America x ESS	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
BR Partners x ESS	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como “fair value hedge”:

Fair Value hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida designada para	327.424	444.472	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(335.536)	(568.303)
“Fair value hedge”					
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	335.536	568.303
			Posição Passiva		
Swap Cambial (Derivativo)	327.424	444.472	Taxa de Juros CDI	(333.447)	(447.925)
			Posição Líquida Swap	2.089	120.378
			Posição Líquida Dívida + Swap	(333.447)	(447.925)

Notas Explicativas

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽¹⁾	257.195	227.819	Taxa Pré-Fixada	(230.370)	(208.273)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	298.180	271.916
			Posição Passiva		
Swap de Juros (Instrumento de Hedge) ⁽¹⁾	257.195	227.819	Taxa de Juros CDI	(270.131)	(233.477)
			Posição Líquida Swap	28.049	38.439
			Posição Líquida Dívida + Swap	(202.321)	(169.834)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(327.424)		(294.612)	(370.293)	(445.974)
Variação Dívida			32.812	(42.869)	(118.550)
Swap Cambial		Alta Câmbio			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	335.536		302.724	378.405	454.086

Notas Explicativas

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Variação			(32.812)	42.869	118.550
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(333.447)		(333.447)	(333.447)	(333.447)
Variação - Taxa de Juros CDI			-	-	-
Subtotal	2.089		(30.723)	44.958	120.639
Total Líquido	(325.335)		(325.335)	(325.335)	(325.335)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento delas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2022, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$325.335 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$325.335 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(257.195)		(257.195)	(257.195)	(257.195)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	298.180		298.180	298.180	298.180
Variação - Taxa de Juros	-		-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(270.131)		(270.131)	(289.582)	(308.778)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(19.451)	(38.647)
Subtotal	28.049		28.049	8.598	(10.598)
Total Líquido	(229.146)		(229.146)	(248.597)	(267.793)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	229.117	Alta do CDI	28.067	35.084	42.100
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(333.447)	Alta do CDI	(40.847)	(51.059)	(61.271)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(468.778)	Alta do CDI	(57.425)	(71.781)	(86.138)
	(440.795)	Alta do IPCA	(25.478)	(31.848)	(38.217)
	(15.786)	Alta do INPC	(936)	(1.170)	(1.404)
Subtotal (2)	(1.258.806)		(124.686)	(155.858)	(187.030)
Total (Perdas)	(1.029.689)		(96.619)	(120.774)	(144.930)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2023 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2022, IPCA 5,78 % ao ano, INPC 5,93% ao ano.

(2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$2.113

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

33. Benefícios pós-emprego

Os saldos registrados no passivo relacionados a benefício pós-emprego compõem-se de:

	Nota explicativa	2022	2021
Contrato Migração 2020 - Plano CD	18	12.954	7.731
Contrato de equacionamento do déficit - Planos BD-I e R	18 e 33.1	2.832	473
Provisão atuarial - Previdência	33.1	-	6.240
Provisão atuarial - Saúde	33.2	28.548	32.747
Total		44.334	47.191
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	15.786	8.204
Benefício pós-emprego	33	28.548	38.987

33.1. Plano suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de 5 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, dois planos de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Notas Explicativas

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia junto à Energisaprev são:

A contribuição da patrocinadora para os planos de benefícios previdenciários durante o exercício de 2022 foi de R\$2.628 (R\$2.255 em 2021). Os planos de benefício patrocinados pela Companhia junto à Energisaprev são como segue:

a. Plano de Benefícios Elétricas BD-I:

Instituído em 01 agosto de 1986, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro de 1998, quando foi fechada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

b. Plano de Benefícios R:

Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

c. Plano de Benefícios Elétricas-OP:

Instituído em 01 de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

d. Energisa Sudeste:

É um plano de contribuição variável, e o ingresso de novos participantes foi vedado quando da aprovação pela PREVIC do novo regulamento proposto pelo Conselho Deliberativo em 08 de novembro de 2019.

e. Plano Energisa CD:

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício definido no âmbito do CPC 33.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a composição de participantes e beneficiários do plano é como segue:

Participantes e beneficiários	2022	2021
Ativos	884	765
Autopatrocínados	3	1
BPD	12	8
Assistidos	222	115
Total	1.121	889

Migração entre planos

Em 2022, 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos Elétricas BDI / Elétricas OP / Plano R para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em quatro tranches, sendo elas em dezembro/2020, julho/2021 e novembro/2021 e julho 2022. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche:

Plano	1° Tranche		2° Tranche		3° Tranche		4° Tranche		ACUMULADO	
	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido
Elétricas BD	100%	15%	0%	3%	0%	3%	0%	33%	100%	55%
Elétricas OP	0%	62%	0%	3%	0%	0%	0%	14%	0%	79%
Elétricas OP + R	68%	0%	18%	0%	8%	0%	2%	0%	96%	0%
Plano R	0%	42%	0%	0%	0%	0%	0%	8%	0%	50%

33.2. Situação financeira dos planos de benefícios definidos - avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2022, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício pós emprego, apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	2022			2021		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Número ativos	-	-	21	-	-(*)	39
Número aposentados	70	13	2	135	20	2
Número beneficiários pensionistas	52	3	5	87	4	6
Total	122	16	28	222	24	47

(*) No plano Elétricas OP, os participantes ativos e determinados assistidos não foram avaliados, tendo em vista características do plano de capitalização financeira.

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2022			2021		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
I - Premissas Biométricas						
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo					
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 por sexo	Não Aplicável	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	Não Aplicável	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real					
II - Variáveis Econômicas						

Notas Explicativas

	2022			2021		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,17%	6,12%	6,17%	5,31%	5,31%	5,31%
Expectativa de Inflação Futura	5,00%	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	11,48%	11,43%	11,48%	10,05%	10,05%	10,05%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	8,02%	Não Aplicável	8,02%	7,51%	Não Aplicável	7,51%
Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	0%	0%
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado					

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos fundos de benefícios definido:

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2022				2021			
	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	36.901	22.890	2.752	62.543	44.303	28.675	3.148	76.126
Ganhos/(Perdas) dos ativos	491	(3.580)	1.164	(1.925)	(2.126)	(5.734)	(289)	(8.149)
Retorno esperado dos ativos do plano	3.547	2.210	265	6.022	2.689	1.754	214	4.657
Contribuições do empregador	62	-	81	143	62	-	66	128
Contribuições dos participantes do plano	178	-	2	180	220	-	-	220
Benefícios pagos	(2.513)	(1.300)	(281)	(4.094)	(3.568)	(1.674)	(238)	(5.480)
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	(19.160)	(11.480)	(1.209)	(31.849)	(4.679)	(131)	(149)	(4.959)
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021	19.506	8.740	2.774	31.020	36.901	22.890	2.752	62.543

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2022				2021			
	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2020 e 2019	41.341	24.102	3.813	69.256	58.381	28.355	4.106	90.842
Custo do serviço corrente	-	-	7	7	-	-	35	35
Custo dos juros	3.993	2.331	371	6.695	3.563	1.733	275	5.571

Notas Explicativas

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2022				2021			
	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Contribuições de participantes	178	-	2	180	220	-	-	220
(Ganhos)/Perdas atuariais	(1.824)	(2.638)	1.049	(3.413)	(13.099)	(4.945)	(635)	(18.679)
Benefícios pagos	(2.513)	(1.300)	(281)	(4.094)	(3.568)	(1.674)	(238)	(5.480)
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	(21.420)	(14.201)	(1.372)	(36.993)	(4.156)	633	270	(3.253)
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	19.755	8.294	3.589	31.638	41.341	24.102	3.813	69.256

Posição Líquida dos planos	2022				2021			
	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Valor justo dos ativos	19.506	8.740	2.774	31.020	36.901	22.890	2.752	62.543
Valor presente das obrigações	(19.755)	(8.294)	(3.589)	(31.638)	(41.341)	(24.102)	(3.813)	(69.256)
Posição Líquida	(249)	446	(815)	(618)	(4.440)	(1.212)	(1.061)	(6.713)
Limite do Ativo	-	(446)	-	(446)	-	-	-	-
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	(249)	-	(815)	(1.064)	(4.440)	(1.212)	(1.061)	(6.713)

Valor líquido reconhecido no balanço:

Movimentação dos Saldos	2022	2021
Posição líquida em 2021 e 2020	6.713	15.036
Efeito em ORA	(1.042)	(10.851)
Juros sobre teto do ativo	-	(20)
Contribuição do empregador	(143)	(128)
Impacto decorrente de redução do plano (encurtamento/curtailment)	295	8.772
Transferência da dívida do plano	(5.440)	(7.067)
Efeito no resultado do exercício	681	971
Posição líquida em 2022 e 2021⁽¹⁾	1.064	6.713
Circulante	-	682
Não Circulante	-	6.031

⁽¹⁾ O saldo dos contratos de dívidas firmados para cobertura dos déficits contratados dos planos, apresentados na nota explicativa nº18, é superior ao valor líquido do passivo de benefício definido - déficit, portanto, em 2022 não há saldo na rubrica de benefício pós emprego para previdência.

Demonstração das despesas para o exercício de 2023 segundo os critérios do CPC 33 (R1) é como segue:

	2023
Custo do Serviço Corrente	2
Custo dos juros	2.619
Retorno dos Ativos do Plano	(2.495)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	126

Alocação percentual do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Elétricas	2022			2021		
	BD-I	R	OP	BD-I	R	OP
Títulos Públicos	63,55%	52,92%	67,48%	67,14%	73,09%	59,64%
Créditos Privado e Depósitos	3,36%	3,82%	2,47%	4%	15,31%	6,00%
Fundos de investimentos	32,95%	41,09%	28,72%	23,79%	17,39%	20,27%
Investimento imobiliário	-	-	-	5,09%	4,55%	0,00%
Empréstimos financiamentos	0,14%	2,17%	1,33%	0,35%	6,74%	1,07%
Outros	-	-	-	0,07%	0,05%	0,03%
Total dos Investimentos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Notas Explicativas

d. Análise de sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2022			2021		
	BD-I	R	OP	BD-I	R	OP
Valor Presente das Obrigações Atuariais Real	19.755	3.589	8.294	41.341	3.813	24.102
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Redução de 0,25%	19.952	3.664	8.432	41.759	3.894	24.511
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Aumento de 0,25%	19.560	3.5328	8.159	40.929	3.750	23.704

33.3. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

O saldo atuarial do plano de benefício de saúde pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2022 é de R\$28.548 (R\$32.747 em 2021), tendo sido apurado no exercício uma redução no montante de R\$4.199 (R\$22.507 em 2021) dos quais R\$69 (R\$514 em 2021) foi registrado na rubrica benefícios pós-emprego - custos e despesa de pessoal, R\$3.291 (R\$3.818 em 2021) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além, R\$7.559 (R\$26.839 em 2021) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as despesas com o plano de saúde foram de R\$8.898 (R\$8.058 em 2021). Inclui R\$68 (R\$514 em 2021).

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2022	2021
Valor presente das obrigações no início do exercício	32.747	55.254
Custo do serviço corrente	69	514
Custo dos juros	3.291	3.818
Perdas (ganhos) atuarial - ORA	(7.559)	(26.839)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	28.548	32.747
Circulante	3.893	3.359
Não Circulante	24.655	29.388

Notas Explicativas

Demonstração das despesas para o exercício de 2023, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2022
Custo do serviço corrente	590
Custo dos juros	3.303
Total das despesas a ser reconhecida	3.893

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2022		2021	
	SULAMERICA	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA	UNIMED NACIONAL
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	6,26%	6,26%	5,31%	5,31%
Expectativa Real de Inflação Futura	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,57%	11,57%	10,05%	10,05%
Taxa de Crescimento de Benefícios	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%	9,20%	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	Nulo
TÁBUAS BIOMÉTRICAS				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo			
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

Contrato de compra de energia					
Vigência	2023	2024	2025	2026	Após 2026
2023 a 2055	879.248	865.787	821.481	798.054	8.567.292

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 31 de dezembro de 2022 e foram homologados pela ANEEL.

35. Meio ambiente (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

Cruzetas: a Companhia vem substituindo as cruzetas de madeira e concreto por cruzetas poliméricas (ecológicas), feitas de polietileno e fibra natural, ecologicamente corretas e mais duráveis. Em 2022, foram

Notas Explicativas

utilizadas 10.865 (8.498 em 2021) cruzetas ecológicas, o que representou em manutenção preventiva e corretiva 5.963 peças.

Redes isoladas/protegidas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Nas redes de média tensão próximas a arborização são usados cabos protegidos (rede compacta). Em 2022, foram acrescentados 350 km de rede com cabo multiplexado e/ou rede compacta, correspondendo a 15,92% de redes protegidas e isoladas.

A Companhia realiza ações relacionadas ao Gerenciamento de Resíduos, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei Federal nº 12.305/2010. Dentre estas ações, destacam-se o recolhimento, descarte e destinação correta dos papéis e papelões, pilhas e baterias, resíduos eletrônicos, resíduos perigosos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), toners e lâmpadas. Em 2022 os papéis e papelões foram destinados à reciclagem, com peso aproximado de 65.900 kg (5.620 kg em 2021). Quanto aos resíduos perigosos e EPI's o descarte foi realizado por empresa especializada e devidamente licenciada. Em 2022 foram coletados 0,018 ton - 720 unidades de baterias e pilhas (0,1470 ton - 5.880 unidades em 2021) e 229 lâmpadas (207 em 2021).

A Companhia tem atuação expressiva junto ao poder público municipal para obtenção das autorizações de poda de árvores em áreas urbanas. Durante o ano de 2022, foram realizados treinamentos de poda com as equipes próprias e terceirizadas que executam esta atividade. Tanto os treinamentos quanto as reciclagens são realizados anualmente, com todos os colaboradores que executam atividades que implicam em intervenção na vegetação.

A Companhia mantém convênio com empresa especializada em monitoramento climático responsável pela informação quanto às descargas atmosféricas, intensidade e velocidade das chuvas, como também pelo mapeamento instantâneo das ocorrências meteorológicas em toda a área de concessão. O intuito do programa é viabilizar a adoção de medidas preventivas necessárias para a continuidade do fornecimento de energia.

Para compensação ambiental das intervenções em vegetação nativa isolada, previamente autorizadas, relacionadas à construção de novos empreendimentos de distribuição, conforme previsto em lei, foram implantados projetos para plantios de mudas de árvores nativas em áreas dos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Durante o ano de 2022 foi dada continuidade ao monitoramento de 20.173 (25.675 monitoradas em 2021) mudas de espécies nativas, em uma área de 12,682 ha (15,40 ha em 2021), concluídos dois Projetos de Compensação Ecológica totalizando o plantio de 5.502 mudas, além da doação de 285 (517 em 2021) mudas para compensar o corte de 19 árvores localizadas em área urbana.

Para manter suas redes e linhas de distribuição afastadas da vegetação e com segurança para a fauna, a Companhia mantém um amplo programa de poda e limpeza de faixas. Os serviços em áreas urbanas são realizados pelas equipes próprias, dentre as diversas atividades de manutenção que estas equipes realizam. Neste caso são utilizados trituradores para reduzir o impacto dos resíduos da poda, possibilitando a utilização dos resíduos em Projetos Sociais e Acadêmicos. Para a realização desta manutenção na área rural, são contratadas empresas especializadas.

A Companhia mantém um amplo programa de acompanhamento e descontaminação de suas instalações incluindo PCBs (bifenilas policloradas) eventualmente existentes em transformadores bem como quando da ocorrência de eventuais vazamentos de óleo mineral isolante ao solo.

Em 2019 a Companhia iniciou a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), integrando a Qualidade, Saúde e Segurança do Trabalho e o Meio Ambiente, conforme diretrizes das normas ISO 9001, 45001 e 14001, respectivamente. Em dezembro de 2019 foi realizada a auditoria interna. Em fevereiro de 2020, a Companhia passou por auditoria externa conduzida pela Fundação Vanzolini, com o objetivo de pleitear a certificação das Normas ISO 14001 e 45001. O escopo da certificação definido de forma estratégica pela alta direção foi: "Manutenção de Redes e Linhas na Distribuição de Energia Elétrica". A Companhia foi certificada no ano de 2020 e em março de 2021 foi realizada a primeira auditoria externa de manutenção, para avaliação da continuidade e eficácia do Sistema de Gestão Ambiental e Saúde e Segurança do Trabalho, onde ambos são integrados ao Sistema de Gestão da Qualidade, compondo o SGI da Energisa Sul-Sudeste, sendo mantido o Certificado da ESS.

Na contratação de serviços e fornecedores são avaliados aspectos relacionados à conduta ambiental e social. São contratados somente serviços e empresas que atuem em conformidade com o Código de Conduta das empresas do Grupo Energisa. Os parceiros e clientes são informados sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente visando sempre preservar a vida. Todos os terceirizados passam por

Notas Explicativas

reuniões de “Integração” com a área de meio ambiente e o SESMT da Energisa Sul-Sudeste. Em 2022 foram integrados 254 colaboradores terceirizados (293 em 2021).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os montantes investidos nos projetos acima descritos e práticas totalizaram R\$ 31.525 (R\$12.935 em 2021), sendo R\$ 11.900 (R\$ 12.912 em 2021) alocados no ativo intangível e R\$ 19.625 (R\$ 23 em 2021) em despesas operacionais.

(*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

36. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2022	2021
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de Ativos	21.616	22.257
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	8.178	12.512
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	13.151	7.486
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	(422)
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	13.151	7.486
Intangível - CPC 06 (R2)	-	(422)
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos - déficit atuarial	-	473

37. Evento subsequente

37.1. Bandeira tarifária

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

37.2. Benefícios pós-emprego Retirada de patrocínio de planos de previdências

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia solicitou à Fundação Energisa de Previdência - EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício, Elétricas BD, Elétrica OP, Plano R, em face ao reduzido número de participantes remanescentes no plano A decisão pela retirada de patrocínio deve-se ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migração concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

37.3 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

37.4 Emissão de Debentures

Em 15 de fevereiro de 2023 a Companhia efetuou a 9ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$150.000 em serie única, com vencimento em 15 de fevereiro de 2026 e remuneração de CDI mais 1,50% ao

Notas Explicativas

ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023 e foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

37.5 Aprovação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2022

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$13.091, equivalentes a R\$134,805192664121 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 17 de março de 2023, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2023.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede elétrica

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 26 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade de sua rede elétrica através da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo

Órgão Regulador do setor.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo de medição de volumes de energia e tarifas aplicadas; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) a execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confront dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 22 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus

assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram retificados em relação às demonstrações financeiras originalmente divulgadas daquele exercício as quais foram auditadas por outro auditor independente. Os valores correspondentes ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 3.3 foram auditados por outro auditor que emitiu relatório datado em 16 de março de 2023, sem modificação de opinião, incluindo parágrafo de ênfase sobre a rerepresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de

apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Antônio Carlos Brandão de Sousa

Audidores Independentes Ltda. Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energisa S.A. (“Companhia) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 16 de março de 2023.

José Adriano Mendes Silva
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Brandão Fraiha
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Vicente Côrtes de Carvalho
Contador - CRC MG 042523/O-7 "S" SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energisa S.A. (“Companhia) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 16 de março de 2023.

José Adriano Mendes Silva
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Brandão Fraiha
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Vicente Côrtes de Carvalho
Contador - CRC MG 042523/O-7 "S" SP